



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Diretoria de Edificações  
Departamento Técnico

Projeto Básico - NOVACAP/PRES/DE/DETEC

**PROJETO BÁSICO (LEI nº 13.303/2016)**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

**SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução de serviços técnicos especializados de inspeção predial no novo Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, localizado no Setor de Administração Municipal - SAM - Projeção "I", em Brasília, DF, visando à elaboração dos elementos técnicos para futura licitação das obras para sua conclusão, inclusive análise e adequação dos projetos às normas vigentes, bem como sua compatibilização com a situação existente e o comissionamento de todas as instalações.

| QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE PROJETO BÁSICO DE LICITAÇÃO |  |  |                           |                        |
|---|--|--|---------------------------|------------------------|
| <b>PROPRIETÁRIO (OU INTERESSADO OU PREPOSTO):</b>                     |  | PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - PGDF  |                           |                        |
| <b>NOME DO PROJETO:</b>   |  | INSPEÇÃO PREDIAL DO NOVO EDIFÍCIO-SEDE DA PGDF |                           |                        |
| <b>NÚMERO DO PROJETO:</b>   |  | PROJ-DE-0XX-22                                 | <b>NÚMERO DO PROCESSO</b> | 00020-00036267/2021-01 |
| REVISÃO   | DESCRIÇÃO  |  | DATA                      | RESPONSÁVEL            |
| R00   | Versão inicial   |  | 30/03/2022                | Luana Martins          |
| R01   | Versão revista após elaboração da Especificação Técnica 1 (SEI nº 85126614) e das planilhas estimativas, conforme Despacho NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEORÇA (SEI nº 85323629)   |  | 29/04/2022                | Luana Martins          |
| R02   | Versão revista após atualização da Especificação Técnica 2 (SEI nº 90793124) e da planilha estimativa, conforme Despacho NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEORÇA (SEI nº 90810486)   |  | 11/07/2022                | Maruska Holanda        |
| R03   | Correção do item 3.6 quanto ao link do PLANO DE TRABALHO   |  | 22/07/2022                | Maruska Holanda        |
| R04   | Correção do item 3.6 quanto ao link de nova versão do PLANO DE TRABALHO (SEI nº 92435987)  |  | 03/08/2022                | Maruska Holanda        |
| R05   | Versão revista para atualização das informações relativas às Planilhas orçamentárias, Especificação Técnica 03 (SEI nº 96228481), Convênio 6 (SEI nº 96059410) e Disponibilidade Orçamentária.   |  | 23/09/2022                | Luana Martins          |
| R06   | Versão revista para adequação da indicação "SIM" no quadro referente ao TRATAMENTO FAVORECIDO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, bem como para complementação do item 9.3.2. Oportunamente, corrigiu-se a fórmula contida no item 7.3.7.14 e aprimorou-se a justificativa para não adoção de Subcontratação Compulsória e inclui-se o item 16.5. |  | 18/10/2022                | Luana Martins          |

Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, publicada no DOU – Diário Oficial da União em 01 de julho de 2016, ao Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, ao Decreto Distrital nº 37.967 de 20/01/2017, ao Decreto Lei nº 92.100 de 10/12/1985, atualizado pela Portaria nº 2.296, do MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, publicada no DOU, de 31 de Julho de 1997, e ao Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP - RLC/NOVACAP, elaborado pelo grupo de trabalho constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, mediante a Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária, realizada em 03 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 16 de julho de 2020.

**1. QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO**

As informações abaixo descritas atendem ao que preveem os art. 18 e art. 20 do RLC/NOVACAP:

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução de serviços técnicos especializados de inspeção predial no novo Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, localizado no Setor de Administração Municipal - SAM - Projeção "I", em Brasília, DF, visando à elaboração dos elementos técnicos para futura licitação das obras para sua conclusão, inclusive análise e adequação dos projetos às normas vigentes, bem como sua compatibilização com a situação existente e o comissionamento de todas as instalações.

|   |            |
|---|------------|
| De natureza comum   | NÃO        |
| De prestação continuada   | NÃO        |
| <b>Eminentemente intelectual</b>  | <b>SIM</b> |
| Possui inovação metodológica ou tecnológica   | NÃO        |
| De Tecnologia da informação   | NÃO        |
| Possui mão de obra exclusiva  | NÃO        |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b> Conforme demanda o art. 17, caput, c/c art. 18, inciso VI, do RLC/NOVACAP, os serviços objeto da presente contratação possuem natureza eminentemente intelectual. As empresas interessadas em apresentar propostas deverão observar as exigências de capacidade técnica e demais condições estabelecidas no edital. |            |

| MODO DE DISPUTA   |          |
|---|----------|
| Aberto  |          |
| <b>Fechado</b>  | <b>X</b> |
| Combinado   |          |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b> Em atendimento ao inciso III do art. 20 e em atenção ao inciso II do art. 100, ambos do RLC/NOVACAP, uma vez que se trata de objeto cujas características requerem a avaliação de propostas técnicas e tendo em vista a inviabilidade de se processar licitações, cujo critério de julgamento se dará pela melhor combinação de técnica e preço, através do sistema disponível na NOVACAP, a Diretoria entendeu ser mais adequada a adoção do modo fechado. |          |

| REGIME DE EXECUÇÃO   |          |
|--|----------|
| <b>Empreitada por preço unitário</b>   | <b>X</b> |
| Empreitada por preço global  |          |
| Contratação semi-integrada   |          |
| Contratação integrada  |          |
| Empreitada integral  |          |
| Tarefa   |          |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b> Em atendimento ao inciso V, do art. 20 do RLC/NOVACAP, uma vez que o objeto envolve a contratação de serviços técnicos especializados, cuja quantidade somente será definida <b>com precisão</b> após a realização das inspeções prediais, optou-se pelo regime de execução apontado. Dessa forma, a remuneração dos serviços deverá ser precedida de efetiva conferência, pela fiscalização, das atividades executadas, tanto em termos de quantidade, quanto de qualidade (TCU. Acórdão nº 826/2014 – Plenário).<br>Conforme o Relatório Técnico (83152675), " <i>inicialmente, a empresa CONTRATADA deverá analisar todos os projetos e documentos fornecidos; em seguida, deverá avaliar a situação encontrada na obra, confrontando com os projetos analisados, logo, deverá ser realizado um comissionamento geral de toda a instalação, e detectar assim, o que é necessário complementar ou substituir para concluir a obra.</i> " |          |

|   |            |          |            |  |
|---|------------|----------|------------|--|
| <b>MATRIZ DE RISCO</b>  | <b>SIM</b> | <b>X</b> | <b>NÃO</b> |  |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b> Em atendimento à alínea b, do inciso VI, do art. 20 do RLC/NOVACAP, a matriz de risco é apresentada no <b>Mapa de Riscos NOVACAP/PRES/DE/DETEC (SEI nº 96315210)</b> , sendo seu conteúdo parte integrante do Contrato. |            |          |            |  |

| DEMANDA DA CONTRATAÇÃO   |          |
|--|----------|
| <b>Estimada</b>  | <b>X</b> |
| Definida   |          |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b> Em atendimento ao inciso VI, do art. 18 do RLC/NOVACAP, tendo em vista que os quantitativos dos serviços foram estimados, podendo sofrer ajustes no decorrer do acompanhamento e execução do objeto. |          |

|  |            |  |            |          |
|--|------------|--|------------|----------|
| <b>PARCELAMENTO DO OBJETO</b>  | <b>SIM</b> |  | <b>NÃO</b> | <b>X</b> |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b> Em atendimento ao inciso XIV, do art. 18 do RLC/NOVACAP, observando ainda o que preveem os § 2º, § 3º e § 4º do art. 20 do RLC/NOVACAP, considerando que podem haver prejuízos para o conjunto da solução e tendo em vista não haver ganho de escala, entende-se não ser viável o parcelamento do objeto.<br>Em observação ao enunciado da Súmula nº 253 do TCU, relativo às situações nas quais for demonstrada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, e conforme Planilha Estimativa Orçamento (SEI nº 96289118), informamos que não foi adotado BDI diferenciado para itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica no presente certame, uma vez que os mesmos não integram a presente contratação. |            |  |            |          |

|   |            |  |            |          |
|---|------------|--|------------|----------|
| <b>TRATAMENTO FAVORECIDO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS</b>  | <b>SIM</b> |  | <b>NÃO</b> | <b>X</b> |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b> Não haverá restrição à participação de micro e pequenas empresas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Distrital nº 35.592/2014 e legislação complementar vigente, desde que atendidas as exigências relativas à comprovação da capacidade técnica e demais condições estabelecidas neste Projeto Básico e no Edital, em atendimento à alínea "e", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP.<br>Entretanto, <b>não haverá previsão de tratamento favorecido e diferenciado, uma vez que;</b><br><b>1. O objeto não se enquadra no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para qualificar-se como de licitação exclusiva a tais entidades;</b><br><b>2. Não possui natureza divisível para que possam ser definidas cotas reservadas; e</b> |            |  |            |          |

**3. Não foi definida subcontratação compulsória**, nos termos do previsto nos incisos II, III e IV do art. 2º do Decreto Distrital nº 35.592/2014 e no art. 91 do RLC/NOVACAP, em virtude de que tal adoção pode vir a representar prejuízo ao procedimento licitatório, ou ainda, ao conjunto do objeto a ser contratado, pelas razões abaixo expostas:

A Lei Complementar nº 123/2006 (atualizada pela [Lei Complementar nº 147, de 2014](#)) trouxe privilégios aos pequenos empreendimentos, tendo sido a atividade intermediária das licitações substituída pela de política pública, uma vez que passou a representar um novo mecanismo de incentivo ao referido segmento empresarial.

No que tange à subcontratação compulsória, não aplicável ao fornecimento de bens, sendo possível apenas para contratação de serviços e obras, trata-se de uma discricionariedade conferida ao gestor público, diferentemente do que ocorre com as licitações exclusivas e com as cotas reservadas, que são imposições legais sem qualquer margem de liberdade ao gestor.

Quando adotada a subcontratação compulsória, a licitante de grande ou médio porte já deve indicar durante a licitação quais pequenos empreendedores serão por ela subcontratados, inclusive com a descrição da parcela do objeto e seus respectivos valores. O momento adequado para essa informação, no entanto, varia conforme a modalidade de licitação adotada. De acordo com o § 3º do art. 7º, em caso de pregão presencial ou eletrônico, a comprovação deve-se dar no momento da aceitação da proposta. Já nas concorrências, tomadas de preços e convites, o licitante deve apresentar essas informações no interior do envelope que será aberto na fase de habilitação.

Ocorre que os prazos decorridos entre a realização do procedimento licitatório até a efetiva contratação podem vir a aumentar os riscos aos particulares e, em especial, aos pequenos empreendedores, que se obrigam a manter os valores ofertados durante a licitação para os serviços que podem vir a ser executados somente na etapa de acabamento das obras.

Devido a este procedimento, que intenciona preservar os direitos das pequenas empresas, mas que pode vir a prejudicar a execução, bem como a saúde econômica-financeira do contrato, é que se entende como não vantajosa a adoção da subcontratação compulsória no presente certame.

Tais empresas poderão ser subcontratadas facultativamente, no momento oportuno, caso comprovem aptidão técnica, nos termos do item 19.3 deste Projeto Básico.

**Restam preservados os direitos de preferência e de saneamento constantes do Capítulo II do mesmo Decreto.**

**A participação de micro e pequenas empresas poderá se dar em consórcio.**

| PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO  | SIM | X | NÃO |  |
|--|-----|---|-----|--|
| <p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Em atendimento à alínea "f", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP, observando o que prevê o § 6º do art. 20 e o art. 44 do RLC/NOVACAP, por se tratarem de serviços técnicos especializados e diante da necessidade de realização de eventuais testes e ensaios adicionais, conforme a necessidade a ser identificada <i>in loco</i>, não haverá restrição à participação de empresas consorciadas, desde que atendidas as exigências relativas à comprovação da capacidade técnica e demais condições estabelecidas no edital.</p> <p>Dessa forma, <u>opta-se pelo parcelamento material do objeto</u>, por intermédio da permissão para que empresas em consórcios venham a participar do certame, incluindo micro, pequenas e médias empresas interessadas no ajuste, conforme prevê o Acórdão nº 108/2016-TCU-Plenário, <u>assegurando-se a observância dos princípios da competitividade e da isonomia, sem descuidar da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração</u> (grifamos).</p> |     |   |     |  |

| PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS  | SIM |  | NÃO | X |
|---|-----|--|-----|---|
| <p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Entende-se não ser viável a participação de cooperativas como licitantes no presente certame, haja vista que, pela natureza do objeto, é usual e necessária a subordinação entre o cooperado e a futura CONTRATADA, em atendimento à alínea "f", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP, observando ainda o que prevê o § 8º do art. 20 do RLC/NOVACAP.</p> |     |  |     |   |

| CRITÉRIOS DE JULGAMENTO  |          |
|--|----------|
| Menor preço  |          |
| Maior desconto   |          |
| <b>Melhor combinação de técnica e preço</b>  | <b>X</b> |
| Melhor técnica   |          |
| Melhor conteúdo artístico  |          |
| Maior oferta de preço  |          |
| Maior retorno econômico  |          |
| Melhor destinação de bens alienados  |          |
| <p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Em atendimento à alínea d, do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP, desde que atendidas as demais condições estabelecidas no subitem 7.3 deste Projeto Básico e Edital, e conforme o inciso I, do art. 105 do RLC/NOVACAP, devido à características dos serviços técnicos especializados a serem contratados, para os quais a análise da melhor proposta não pode se restringir somente ao preço ofertado, devendo-se considerar habilidades técnicas e a expertise das licitantes.</p> <p><i>Art. 105. Os critérios de julgamento, melhor combinação de técnica e preço ou melhor técnica, serão utilizados, em especial, nas licitações destinadas à aquisição ou contratação de serviços: I - de natureza predominantemente intelectual; II - com inovação tecnológica ou técnica; III - que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado. § 1º Os critérios de julgamento a que se refere o caput serão adotados por necessidade técnica cuja qualidade não possa ser obtida apenas pela fixação de requisitos mínimos estabelecidos no Edital e o fator preço não seja preponderante para a escolha da melhor proposta.</i></p> |          |

|  |  |
|--|--|
| <b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO NO CASO DE ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO</b> | <b>R\$ 1.486.190,39 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e noventa reais e trinta e nove centavos),</b> conforme Planilha Estimativa Orçamento ORÇ-DT 020-22-SEORÇA-SDS-PLA-CLP-R02 (SEI nº 96289118). |
|--|--|

**JUSTIFICATIVA:** A publicidade da planilha estimativa no presente certame se mostra obrigatória, haja vista a opção por critérios de aceitabilidade de preços unitários/global em relação aos preços de referência, em atendimento à alínea "c", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP.

Nos termos do Acórdão nº 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, **sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória**, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. (grifo nosso)

| MODO DE PROCESSAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO  |   |
|--|---|
| Eletrônico   |   |
| Presencial   | X |
| <b>JUSTIFICATIVA:</b> Em atendimento ao § 9º do art. 20 do RLC/NOVACAP, uma vez que se trata de objeto cujas características requerem avaliação técnica, bem como a ponderação das notas após o julgamento da proposta técnica, adotou-se, <b>excepcionalmente</b> , o modo de processamento presencial. |   |

## 2. FUNDAMENTO LEGAL

**2.1** A execução do objeto deste Projeto Básico de licitação tem amparo legal disposto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, Lei nº 13.303/2016 e RLC/NOVACAP.

## 3. JUSTIFICATIVA

**3.1** Considerando a rescisão unilateral do Contrato de Prestação de Serviços - Diretoria de Edificações nº 105/2020 - DJ/PRES/NOVACAP (DOC. SEI/GDF Nº 44751679), cujo objeto envolveu a conclusão da obra do novo Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, localizado no SAM, Projeção "I", em Brasília/DF, como medida de sanção em face de inexecução contratual.

**3.2** Considerando que três empresas já foram contratadas para a construção do Novo Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF), sem sucesso, sendo necessário identificar o que foi executado e o que falta para sua conclusão. Por esse motivo, foi demandando por meio do Memorando 20 (SEI nº 70212859), a realização de estudos para subsidiar novo convênio entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

**3.3** Considerando que foi instituído Grupo de Trabalho, por meio da Instrução de Serviço 108 (SEI nº 74663304), objetivando desenvolver documentação técnica para futura licitação da obra de finalização do novo Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, localizado no Setor de Administração Municipal - SAM - Projeção "I", Brasília - DF, incluindo, dentre as atribuições:

- (1) Identificar possíveis entraves à continuidade e finalização da obra do novo Edifício-Sede da PGDF;
- (2) Elaborar plano de ações com o objetivo de realizar a licitação da continuidade e finalização da obra do novo Edifício-Sede da PGDF e sua execução;
- (3) Definir escopo e elaborar caderno de especificações de eventual(is) contratação(ões) necessárias a fim de subsidiar a preparação de documentação técnica da nova licitação para continuidade e finalização da obra do novo Edifício-Sede da PGDF;
- (4) Elaborar estimativa(s) por ordem de grandeza e cronograma(s) físico-financeiro da(s) futura(s) contratação(ões) para continuidade e finalização da obra do novo Edifício-Sede da PGDF;
- (5) Elaborar relatório final dos trabalhos desenvolvidos.

**3.4** Considerando que os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo culminaram na elaboração do documento ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS 03 (SEI nº 96228481) e do Relatório Técnico NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEINST (SEI nº 83152675) contendo a descrição não exaustiva dos serviços técnicos especializados a serem desenvolvidos para a continuidade e finalização da obra do novo Edifício-Sede da PGDF, a citar:

(...) é necessário que seja feito um levantamento da situação existente para a conclusão da obra. Além disso, considerando que há um hiato de tempo de mais de 10 anos desde a elaboração dos projetos, é necessária uma revisão geral dos projetos, adequando-os às versões atuais das normas, além de determinar soluções de adequações às versões atuais das normas nos locais em que o projeto já tiver sido executado.

(...) é necessário que, além da verificação dos projetos, adequando-os às versões atuais das normas, seja feita uma inspeção predial que avalie o estado de conservação das instalações executadas, apontando a necessidade de substituições necessárias para a conclusão da obra em questão.

(...)

As normas técnicas utilizadas como referência para análise dos projetos devem ser as atuais. No entanto, para os casos em que o projeto já tiver sido executado, a CONTRATADA deverá avaliar a possibilidade de adequação da execução às normas vigentes, e, não sendo possível, justifica-se considerando as normas técnicas vigentes na época de elaboração dos projetos, conforme orienta a ABNT NBR 16747.

(...) inicialmente, a empresa CONTRATADA deverá analisar todos os projetos e documentos fornecidos; em seguida, deverá avaliar a situação encontrada na obra, confrontando com os projetos analisados, logo, deverá ser realizado um comissionamento geral de toda a instalação, e detectar assim, o que é necessário complementar ou substituir para concluir a obra.

Feito isso, a empresa CONTRATADA deverá relacionar as não conformidades encontradas, classificá-las quanto ao grau de risco, definir as prioridades através de metodologias técnicas apropriadas, como por exemplo, através do método GUT (metodologia da Gravidade, Urgência e Tendência) e, por último, propor de soluções. A empresa CONTRATADA deverá fornecer a relação dos ensaios elaborados, seus respectivos relatórios de resultados, além das plantas iluminadas, identificando os locais das anomalias ou falhas detectadas.

(...) A CONTRATADA também deverá ser a responsável pela reaprovação de todos os demais projetos em órgãos competentes, caso necessário.

(...)

Após relacionar todas as pendências necessárias para a conclusão da obra, a CONTRATADA deverá fornecer uma planilha orçamentária para a contratação do término da obra do Novo-Edifício-Sede da PGDF. Toda a documentação entregue pela CONTRATADA será analisada pela CONTRATANTE, antes de ser aceita.

Por último, após o fim do contrato e entrega do produto da licitação (documentos, relatórios e planilha orçamentária), a CONTRATADA deverá ser responsável por dirimir eventuais dúvidas decorrentes de falhas ou omissões em seus documentos técnicos aceitos pela CONTRATANTE até o término da obra do Novo Edifício-Sede da PGDF.

**3.5** Considerando as especificações elaboradas pelo Grupo de Trabalho, constantes no documento Especificação Técnica 3 (SEI nº 96228481), assim como a Planilha Estimativa de Orçamento ORÇ-DT 020-22-SEORÇA-SDS-PLA-CLP-R02 (SEI nº 96289118).

**3.6** Considerando o Plano de Trabalho - Convênios NOVACAP/PRES/DE/DETEC (SEI nº 92435987), objetivando subsidiar a celebração de Convênio entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, cujo objeto envolve a **execução de serviços técnicos especializados de inspeção predial visando a conclusão da obra do novo Edifício Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal**, localizado no Setor de Administração Municipal - SAM - Projeção "I", em Brasília/DF.

**3.7** Considerando o Convênio 6 (SEI nº 96059410), celebrado entre a NOVACAP e a PGDF, tendo por objeto a cooperação entre os partícipes visando a prestação de serviços técnicos profissionais especializados na área de arquitetura e engenharia, objetivando a realização de certame licitatório para contratação de empresa para **execução de serviços técnicos especializados de inspeção predial no novo Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, localizado no Setor de Administração Municipal - SAM - Projeção "I", em Brasília, DF, visando à elaboração dos elementos técnicos para futura licitação das obras para sua conclusão, inclusive análise, adequação e complementação de projetos às normas vigentes, realização de ensaios, bem como sua compatibilização com a situação existente, e o comissionamento de todas as instalações.**

**3.8** Considerando que a Disponibilidade Orçamentária, contida no Despacho PGDF/SEGER/SUAG/DIPOC (SEI nº 96315078) e abaixo transcrita:

(...) informo que há dotação orçamentária para cobrir a referida despesa na unidade 120901/12901 - Fundo da Procuradoria Geral do DF, conforme especificação abaixo e demonstrativo de crédito disponível anexo (96315051).

| PROGRAMA DE TRABALHO   | NATUREZA DA DESPESA                                     | FONTE | VALOR DA DESPESA |
|--|---|-------|------------------|
| 03.451.8203.1984.9768 – CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS – FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL | 339039 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | 171   | R\$ 1.486.190,39 |

Em atendimento aos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (LRF), informo que a presente contratação implicará em impacto orçamentário-financeiro **estimado** conforme abaixo discriminado:

| Exercício | Valor            |
|-----------|------------------|
| 2022      | R\$ 1.486.190,39 |

Informo ainda que a despesa possui adequação orçamentária e financeira na Lei Orçamentária Anual vigente (Lei nº 7.061 de 07/01/2022), bem como compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020-2023 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 (Lei nº 6.934 de 05/08/2021).

**3.9** Considerando, por fim, o demandado por meio do Despacho NOVACAP/PRES/DE/DETEC (SEI nº 83162986), deu-se início ao planejamento da etapa interna de licitação.

#### 4. DEFINIÇÕES E SIGLAS

**4.1** Apresentamos a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Projeto Básico de licitação.

**AS BUILT:** é o conjunto de pranchas que constituem a fase destinada à representação do projeto como construído. Essa fase registra as alterações de projeto ocorridas durante a execução da obra.

**ATO:** Acompanhamento Técnico de Obra - serviço técnico para acompanhamento da execução da obra conforme o projeto executivo e apontamento de eventuais desvios, devendo fornecer apoio técnico total e irrestrito aos engenheiros e demais profissionais de campo durante as obras.

**BDI:** percentual a ser aplicado sobre o custo da obra ou serviço, evidenciando a taxa de rateio da administração, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, a taxa de lucro e os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluindo-se aqueles de natureza personalística que oneram o contratado.

**CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES:** são discriminações dos serviços, procedimentos e materiais a serem aplicados na execução do objeto a ser contratado.

**CAPACIDADE TÉCNICA:** é a comprovação de experiência na execução de obra/serviço compatível com as características dos serviços de maior relevância do objeto a ser contratado.

**COMISSÃO:** Grupo de pessoas designado pela autoridade competente da Administração Pública, com representantes da FISCALIZAÇÃO e do PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), para receber em definitivo o objeto contratado, após exame e constatação da conformidade com os padrões exigidos em contrato. A comissão poderá, se for o caso, determinar à CONTRATADA, providências necessárias para a finalização do objeto nos termos contratuais.

**COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO:** detalhamento do preço unitário do serviço que expresse a descrição, quantidade, produtividade e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida.

**CONTRATADA:** é a pessoa física ou jurídica signatária de Contrato com a Administração Pública.

**CONTRATANTE:** é o Órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

**CONSTRUTORA:** É a empresa contratada e responsável pela execução das obras de acordo com os projetos, as especificações técnicas, o memorial descritivo e o prazo contratual, dentro das normas vigentes e da melhor técnica empregada.

**CUSTO UNITÁRIO:** valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado.

**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO:** é a representação gráfica dos serviços distribuídos em etapas a serem executados do objeto contratado com indicação do respectivo desembolso financeiro vinculado ao valor do Contrato.

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO:** declaração emitida pela Proponente de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do objeto a ser contratado.

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE:** declaração emitida pela Proponente de que juntamente com o PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), se compromete a executar os serviços sob sua responsabilidade atendendo ao que prevê a Norma de Acessibilidade NBR 9050:2015, nos termos do Decreto Federal nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 e Decreto Distrital nº 39.272, de 2 de agosto de 2018, que regulamenta a Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018.

**ENCARGOS SOCIAIS:** Conjunto de obrigações trabalhistas que devem ser pagas pelas empresas mensalmente ou anualmente, além do salário dos empregados.

**ETAPA:** Conjunto de serviços previstos no Cronograma Físico-Financeiro para serem executados em um determinado período de tempo. Cada etapa é representada em cada coluna do Cronograma Físico-Financeiro, com indicação dos valores parciais dos serviços e respectivos percentuais. O objeto poderá ser executado em etapa única ou dividido em várias etapas, de acordo com o planejamento da execução e do desembolso, os quais devem ser previamente aprovados pela Administração Pública.

**EXECUÇÃO INDIRETA:** contratação de Órgão ou entidade da Administração Pública com terceiros.

**FISCAL ou EXECUTOR:** empregado ou comissão de empregados da NOVACAP com qualificação técnica condizente com o objeto contratado, designado pelo Diretor da área demandante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato durante a sua vigência e obrigações posteriores, com dever de informar as não conformidades e indicar medidas punitivas ou corretivas a serem adotadas pelo gestor do contrato, se for o caso, e de atestar as faturas e as notas fiscais apresentadas pelo contratado, nos termos das Normas de Fiscalização desta NOVACAP.

**FISCALIZAÇÃO:** é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

**GESTOR DO CONTRATO:** empregado com capacidade gerencial, responsável pela gestão e supervisão do contrato, que adota as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, considerando o que prevê o contrato e as normas internas da NOVACAP.

**GRUPO:** é o conjunto de serviços reunidos por especialidade, discriminado em planilhas estimativas, planilhas orçamentárias e em cadernos de especificações. Os grupos são: 01.00.000 – Serviços Técnico-Profissionais; 02.00.000 – Serviços Preliminares; 03.00.000 – Fundações e Estrutura; 04.00.000 – Arquitetura e Elementos de Urbanismo; 05.00.000 – Instalações Hidráulicas e Sanitárias; 06.00.000 – Instalações Elétricas e Eletrônicas; 07.00.000 – Instalações Mecânicas e de Utilidades; 08.00.000 – Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio; 09.00.000 – Serviços Complementares; 10.00.000 – Serviços Auxiliares e Administrativos, 11.00.000 – Serviços de Conservação e Manutenção.

**INTERESSADO:** é o ente da Administração Pública responsável pela autorização de realização de licitação ou de dispensa ou de inexigibilidade de licitação e contratação do objeto. É o responsável por informar os recursos orçamentários e financeiros para execução do objeto. O interessado poderá ser ou não o próprio proprietário.

**LIVRO DE ORDEM OU DIÁRIO DE OBRAS:** é a memória escrita de todas as atividades relacionadas à execução do objeto. Servirá de subsídio para comprovar a autoria de trabalhos; garantir o cumprimento das instruções, tanto técnicas como administrativas; dirimir dúvidas sobre a orientação técnica relativa ao objeto; avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos e acidentes de trabalho; eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos. Confirmará juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, a efetiva participação dos profissionais na execução da obra/serviço, inclusive para a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

**MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO OU INSUMOS DE CONSTRUÇÃO:** são todos os corpos, objetos ou substâncias utilizadas em obras ou serviços de engenharia.

**OAE:** Obras de Arte Especiais - estruturas diferenciadas, tais como pontes, viadutos ou túneis.

**OBRA:** Ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei nº 5.194/1966, conforme definição da Orientação Técnica OT-IBR 002/2009.

**ORDEM DE SERVIÇO:** é o documento emitido pela Administração Pública que autoriza o início da execução do objeto contratado, a partir da emissão da Nota de Empenho, constando entre outras informações, nomes da CONTRATADA e CONTRATANTE, número do Contrato, número do Processo Administrativo, descrição do objeto, endereço, prazo, data de início, data de término, valor contratado, nomes do FISCAL/EXECUTOR, supervisor e Diretor da unidade gestora.

**PLANILHAS ESTIMATIVAS:** são planilhas com descrição dos serviços, indicação de quantitativos e preços unitários que servem de parâmetro para disponibilização de recursos financeiros, para compor o projeto básico e para julgamento das propostas. São elaboradas pela Administração Pública com base nos preços correntes no mercado local, regional ou nacional onde será executado o objeto.

**PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS:** são planilhas com descrição dos serviços, indicação de quantitativos e preços unitários, elaboradas pela Proponente, tendo como referência as Planilhas Estimativas fornecidas pela NOVACAP. A partir da assinatura do Contrato essas planilhas passarão a ser designadas como PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONTRATUAIS.

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS:** Planilha ou conjunto de planilhas onde são levantados as quantidades de cada serviço.

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGRS):** é o documento que deverá ser mantido no local da obra ou dos serviços de engenharia, contendo a caracterização e quantificação dos resíduos sólidos provenientes da obra; formas de segregação; acondicionamento; transporte; e destinação final de acordo com as legislações e normas vigentes, federais e distritais, tal como a Resolução nº 307/2002 do CONAMA.

**PREÇO GLOBAL:** preço certo e total, quando for possível definir previamente no Projeto Básico ou Termo de Referência, com a maior precisão possível, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados no contrato.

**PREÇO UNITÁRIO:** preço certo de unidades determinadas, no caso em que o objeto, por sua natureza, possua imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários. Em se tratando de Planilha Estimativa ou Orçamentária, preço unitário de um determinado serviço é o resultado da soma do respectivo custo unitário com a sua parcela representativa de BDI.

**PREPOSTO:** pessoa física, sócio, dirigente ou empregado da CONTRATADA ou da CONTRATANTE ou do PROPRIETÁRIO, investido no poder de representá-lo nos atos referentes ao contrato, com designação expressa.

**PROPRIETÁRIO:** aquele que é, comprovadamente, o dono de uma coisa, e sobre essa coisa, tem a prerrogativa de utilizar todas as suas funções, aproveitar todos os benefícios, trocar ou vender, dando a destinação que julgar conveniente e reavê-la de quem quer que seja.

**PROJETO BÁSICO (TÉCNICO):** é o conjunto de elementos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução. Compõe-se de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra ou serviço ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, contendo o desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviço e identificar todos os seus elementos constitutivos com

clareza; contendo soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do Projeto Executivo e de realização das obras e serviços; identificando tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento; fornecendo informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviço, subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviço, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; com orçamento detalhado do custo total da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados; sem frustrar o caráter competitivo para a licitação do objeto.

**PROJETO EXECUTIVO:** etapa destinada à concepção e à representação final das informações técnicas da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, completas, definitivas, necessárias e suficientes à execução dos serviços de obra correspondentes, conforme a NBR 13531/1995.

**PROJETO APROVADO:** é o projeto que já foi submetido à análise e foi aprovado pelos órgãos oficiais competentes.

**UGP:** Unidade de Gerenciamento de Projetos da NOVACAP.

**RECEBIMENTO DEFINITIVO:** é o procedimento que confirma a plena execução do objeto contratado, conforme suas especificações. O Recebimento Definitivo será feito por Comissão designada pela autoridade competente da Administração Pública, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções da execução ou de materiais empregados.

**RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** é o procedimento que formaliza a entrega do objeto pela CONTRATADA ao responsável pelo acompanhamento e FISCALIZAÇÃO do contrato, com a participação do representante do PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), por meio de Termo Circunstanciado assinado pelas partes.

**REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS:** é o instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária, realizada em 03 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 16 de julho de 2020.

**RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL:** são provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultados da preparação e da escavação de terrenos.

**RESPONSABILIDADE CIVIL:** abrange sinistros decorrentes de acidentes na execução da obra e/ou falhas na solidez e segurança do trabalho que causem danos a terceiros ou à Administração Pública, com exigência de indenização.

**RISCO DE ENGENHARIA:** Conforme relatório do Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário, os riscos de engenharia (ou riscos de construção) são aqueles associados diretamente às atividades empresariais propriamente ditas de construção civil, comuns à execução de qualquer empreendimento e suportados pelo contratado. São riscos usuais de negócio de um construtor que podem impactar a execução, o gerenciamento, a produtividade e a performance da obra, com consequências significativas sobre os seus custos globais.

**SERVIÇO DE ENGENHARIA:** Segundo orientação técnica OT - IBR 002/2009 do IBRAOP, é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei nº 5.194/1966, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.

**TERMO DE OCUPAÇÃO:** termo circunstanciado, emitido em situações excepcionais, assinado entre o PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), CONTRATANTE e CONTRATADA, comprovando a entrega e ocupação da obra/serviço ao PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), total ou parcialmente, isentando a CONTRATANTE e a CONTRATADA de responsabilidade em reparar danos decorrentes de mau uso e/ou vandalismo.

#### 4.2 SIGLAS:

**ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**BDI:** Benefícios e Despesas Indiretas.

**CAP:** Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

**CBMDF:** Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

**CONAM:** Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal.

**CONAMA:** Conselho Nacional de Meio Ambiente.

**DILIC/DECOMP/DA:** Divisão de Licitações e Contratos, do Departamento de Compras, da Diretoria Administrativa, da NOVACAP.

**MARE:** Ministério da Administração e Reforma do Estado

**NOVACAP:** Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

**PCMSO:** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

**PGRS:** Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

#### 5. DOCUMENTOS TÉCNICOS

**5.1** A documentação técnica fornecida que fará parte integrante do Contrato, valendo como se nele estivesse efetivamente transcrito, é informada nos **Elementos Técnicos de Licitação**.

**5.2** As especificações e descrição dos insumos ou serviços constam da documentação técnica fornecida, nos termos da alínea "b", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP.

#### 6. DESCRIÇÃO SUCINTA DOS SERVIÇOS

**6.1** O escopo da presente contratação engloba, de forma não exaustiva, os serviços contidos no Relatório Técnico NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEINST (SEI nº 83152675) e especificados no documento Especificação Técnica 03 (SEI nº 96228481), incluindo:

**6.1.1** A realização de inspeções prediais;

**6.1.2** A análise de documentos de ordem administrativa, técnica e de manutenção e uso pertinentes à edificação;

**6.1.3** A anamnese técnica da edificação, desde a concepção do projeto até a data da inspeção;

- 6.1.4** O diagnóstico técnico da edificação, indicando anomalias construtivas e falhas de manutenção, mediante auditorias, ensaios laboratoriais e perícias;
- 6.1.5** A realização de ensaios e testes para comprovação de qualidade de serviços executados, em conformidade com normas vigentes;
- 6.1.6** O comissionamento de elementos de arquitetura e urbanismo e de todas instalações e equipamentos na fase em que se encontram;
- 6.1.7** A elaboração de projetos *as built*, contendo o retrato das condições das instalações, após a realização das inspeções;
- 6.1.8** A elaboração de relatório de inspeção, contendo as incompatibilidades e/ou inxequibilidades entre as instalações (existentes e futuras), as inconformidades encontradas e as ações corretivas a serem realizadas;
- 6.1.9** A revisão e adequação dos projetos executivos necessários à licitação da conclusão da obra;
- 6.1.10** A elaboração de relatório de compatibilização de todas as disciplinas de projetos;
- 6.1.11** A reaprovação dos projetos nos órgãos competentes;
- 6.1.12** A elaboração de planilha estimativa detalhada para subsidiar a contratação dos serviços de conclusão das obras do Novo-Edifício-Sede da PGDF, nos moldes dos procedimentos em vigor na NOVACAP;
- 6.1.13** A elaboração do planejamento da obra de conclusão da nova sede da PGDF;
- 6.1.14** A utilização do sistema de custo SINAPI nas precificações da obra, conforme preconiza o [Decreto nº 7.983/2013](#), sendo permitido, caso necessário, utilizar os dados contidos em outras tabelas de referência, formalmente aprovadas por órgãos ou entidades da administração pública federal; em publicações técnicas especializadas; em sistema específico instituído para o setor; ou em pesquisa de mercado; afim de evitar questionamentos, erros nas planilhas das futuras licitantes e com vista a dar agilidade quando da análise técnica da documentação de licitação;
- 6.1.15** O assessoramento à NOVACAP em esclarecimentos a quaisquer questionamentos oriundos de órgãos de controle e/ou de empresas licitantes, a fim de sanar eventuais dúvidas durante o certame.
- 6.2** A descrição do escopo contida no item 6.1 e subitens é apenas um resumo do que será executado, portanto, não exime a responsabilidade do estudo de toda a documentação técnica e a execução completa dos serviços pela CONTRATADA.

## 7. VISITA, CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS E PROPOSTA

### 7.1 Da visita:

- 7.1.1** Recomenda-se à empresa Proponente visitar as obras do Novo-Edifício-Sede da PGDF, a fim de verificar todos os seus aspectos quantitativos e qualitativos.
- 7.1.2** As visitas referidas no subitem anterior deverão ocorrer em dias úteis, **somente no período da manhã, entre 08h00 e 12h00**, até o último dia anterior à data da sessão pública para recebimento e abertura das propostas.
- 7.1.3** As visitas deverão ser agendadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, haja vista a necessidade de disponibilização de profissional para o acompanhamento. O agendamento poderá ser realizado das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, pelos telefones (61) 3403-2410, junto à Comissão Permanente de Controle e Assessoramento Técnico - CPCAT da Diretoria de Edificações (CPCAT/DE/NOVACAP).
- 7.1.4** Todos os custos associados às mencionadas visitas serão arcados integralmente pela própria Licitante.
- 7.1.5** Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria/visita, a Proponente não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes, como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, em decorrência da execução do objeto a ser contratado.

### 7.2 Da conferência preliminar de documentos:

#### 7.2.1 Antes da data de apresentação da proposta para a execução dos serviços, a Proponente deverá:

- 7.2.1.1** Fazer minucioso estudo da documentação técnica para a execução dos serviços objeto da presente contratação e que compõem o Projeto Básico, de acordo com o estabelecido na Lei nº 13.303/2016 e no RLC/NOVACAP.
- 7.2.1.2** Após verificação preliminar, dar imediata comunicação por escrito à DILIC/DECOMP/DA, conforme prazo estabelecido em Edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre quaisquer transgressões às legislações e normas vigentes, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento dos serviços.

### 7.3 Da apresentação e do julgamento das PROPOSTAS:

- 7.3.1 A Proponente deverá apresentar a Declaração de Conhecimento**, de acordo com o modelo anexo ao Edital, assinada por representante legal da empresa com conhecimento técnico, expressando ciência das condições a que se referem os itens 7.1 e 7.2, anteriores.
- 7.3.2 A Proponente deverá apresentar a Declaração de Atendimento às Normas de Acessibilidade**, de acordo com o modelo anexo ao Edital, assinada por representante legal da empresa com conhecimento técnico, expressando ciência das condições, declarando, sob as penalidades da Lei, que, caso contratada, executará os serviços sob sua responsabilidade atendendo ao que prevê as Normas de Acessibilidade vigentes, nos termos das Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, do Decreto Federal nº 5.296/2004 e Decreto Distrital nº 39.272/2018, que regulamenta a Lei Distrital nº 6.138/2018.
- 7.3.3 A Proponente deverá apresentar a Declaração expressa de que não possui em seu quadro societário agente público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.**
- 7.3.4 A Proponente deverá apresentar Declaração expressa de que não contratará, durante o período da execução dos serviços, menores de 16 (dezesesseis) anos, bem como não determinará trabalhos em período noturno, perigosos ou insalubres a funcionários menores de 18 (dezoito) anos.**
- 7.3.5 A Proponente deverá apresentar a Declaração de Cessão de Direitos Patrimoniais**, conforme Anexo 3.

### 7.3.6 Da PROPOSTA TÉCNICA, conforme Especificação Técnica 03 (SEI nº 96228481):

A Proposta Técnica deverá ser apresentada em linguagem clara e objetiva, devidamente encadernada, em tamanho A4, e obedecer aos seguintes tópicos:



- **Índice**
- **Apresentação**
- **Conhecimento do Problema** - a empresa licitante deverá demonstrar, com clareza e objetividade, ter conhecimento do problema, utilizando, no máximo 50 páginas, abordando os seguintes aspectos:
  - **da Situação Atual da Edificação** - descrição das características funcionais e estruturais do prédio da nova Sede da PGDF e da situação atual quanto ao seu atual estado de conservação;
  - **do Projeto Executivo Existente** - descrição sobre as soluções técnicas apresentadas no projeto executivo existente de licitação da obra, com enfoque na avaliação de todos os projetos executivos existentes e de todos os serviços não realizados, conforme relatórios técnicos de inspeção apresentados pela CONTRATANTE;
  - **das Dificuldades Potenciais dos Trabalhos** - constando de aspectos e problemas que possam afetar o ritmo da futura obra de finalização e propor possíveis soluções;
- **Plano de Trabalho** - a empresa licitante deverá apresentar seu plano de trabalho para execução dos serviços em consonância com o Termo de Referência/Projeto Básico deste Edital, de forma clara e justificada, contendo no máximo 50 páginas;
- **Relação e Definição das Atividades** - descrevendo o escopo dos trabalhos de inspeção predial, de orçamento e de projetos, indicando a metodologia e os procedimentos a serem adotados, incluindo os possíveis ensaios a serem realizados;
- **Apoio Gerencial** - compreendendo o processo de articulação entre as partes envolvidas (Novacap e PGDF), bem como a representação gráfica do sequenciamento, interdependência e duração das atividades;
- **Organização Técnico-Administrativa** - especificando a estrutura organizacional proposta, inclusive organograma funcional, atribuições e responsabilidades da equipe e relação de recursos materiais e logísticos;
- **Qualificação da Equipe** - a empresa licitante deverá apresentar os seguintes elementos para comprovação da qualificação e experiência da equipe técnica chave de nível superior:
  - **Relação da Equipe Técnica:** identificando os profissionais indicados para os cargos: de Engenheiro/arquiteto Coordenador/Supervisor geral (sênior); Engenheiro Civil ou Arquiteto especialista em estruturas (pleno); Engenheiro especialista em instalações eletroeletrônicas (pleno); Engenheiro especialista em instalações hidrossanitárias (pleno); Engenheiro especialista em instalações mecânicas (pleno); conforme Quadro 2, a seguir;
  - **Capacidade técnica dos Profissionais** - a empresa licitante deverá apresentar os seguintes elementos para comprovação da capacidade técnica profissional de sua equipe:
    - Currículo com, no máximo, 3 (três) páginas;
    - Declaração autorizando a sua inclusão na equipe técnica;
    - Comprovação do tempo de formado por meio de cópia autenticada da Carteira do CREA ou do Diploma, devidamente registrado; e
    - Comprovação da experiência em serviços similares, por meio da apresentação de Atestado(s), acompanhado(s) da respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, devidamente registrada(s) no CREA/CAU, **destacando em sua documentação os itens a serem considerados para fins de comprovação**, conforme discriminado no quadro abaixo:

**Quadro 1 - Capacidade Técnica-Profissional**

| Item | Profissional   | Descrição da capacitação técnica  |
|------|--|---|
| 1    | Engenheiro ou arquiteto Coordenador/ Supervisor de obras de edificações (sênior) | <b>Supervisão e/ou perícia e/ou gerenciamento e/ou fiscalização de obras de construção ou reforma de edificação de múltiplos pavimentos.</b><br>*Serão aceitos atestados e certidões em que o profissional tenha exercido as funções de Responsável ou Co-responsável Técnico ou Engenheiro Coordenador ou Engenheiro Supervisor.                                 |
| 2    | Engenheiro Civil ou Arquiteto <u>especialista em estruturas</u> (pleno)          | <b>Fiscalização e/ou perícia e/ou supervisão de execução de obras de construção ou reforma de edificação de múltiplos pavimentos.</b><br>*Serão aceitos atestados e certidões em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou Co-responsável Técnico, Supervisor, Residente ou Projetista   |
| 3    | Engenheiro especialista em instalações eletroeletrônicas (pleno)                 | <b>Fiscalização e/ou perícia e/ou supervisão de execução de obras de construção ou reforma de edificação de múltiplos pavimentos na atividade de <u>instalações eletroeletrônicas</u>.</b><br>*Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou Co-responsável Técnico, Supervisor, Residente ou Projetista |
| 4    | Engenheiro especialista em instalações hidrossanitárias (pleno)                  | <b>Fiscalização e/ou perícia e/ou supervisão de execução de obras de construção ou reforma de edificação de múltiplos pavimentos na atividade de <u>instalações hidrossanitárias</u>.</b><br>*Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou Co-responsável Técnico, Supervisor, Residente ou Projetista  |
| 5    | Engenheiro especialista em instalações mecânicas (pleno)                         | <b>Fiscalização e/ou perícia e/ou supervisão de execução de obras de construção ou reforma de edificação de múltiplos pavimentos na atividade de <u>instalações mecânicas</u>.</b><br>*Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou Co-responsável Técnico, Supervisor, Residente ou Projetista         |

- **Experiência da Empresa** - a empresa licitante deverá apresentar os seguintes elementos para comprovação da qualificação e experiência no desenvolvimento de serviços similares:
  - Apresentação de atestado técnico fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da proponente, que comprove ter realizado serviços similares ao da presente licitação, em **execução de serviços de supervisão ou fiscalização ou gerenciamento ou inspeção de obras de construção e/ou reforma de edificação de múltiplos pavimentos**, destacando em sua documentação os itens a serem considerados para fins de comprovação, conforme Quadro 2, a seguir:

**Quadro 2 - Capacidade Técnica-Operacional**

| Item | Descrição | Quantidade Construída | Quantidade Mínima a ser comprovada pela licitante (30%) |
|------|-----------|-----------------------|---|
|      |           |                       |   |

|    |   |              |            |
|----|---|--------------|------------|
| 01 | Execução de Serviços de Supervisão ou Fiscalização ou Gerenciamento ou inspeção de Obras de Construção e/ou Reforma de Edificação de Múltiplos Pavimentos | 14.579,00 m² | 4.373,7 m² |
|----|---|--------------|------------|

Será suficiente, para a análise da qualificação técnica da licitante, a apresentação de currículos, declarações, documento de comprovação de tempo de formado, atestados e respectivas CATs, devidamente autenticados, somente no Envelope referente à Documentação.

### 7.3.6.1 Da pontuação da PROPOSTA TÉCNICA:

A Nota da Proposta Técnica (NPT), variando de 0 a 100 pontos, deverá ser atribuída pela Comissão de Licitação da NOVACAP, por critérios técnicos vinculados ao objeto do certame, devidamente justificados, ou seja, de acordo com as tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 apresentadas a seguir:

**Tabela 1 - Critério para Pontuação da Proposta Técnica**

| Item | Descrição                | Pontuação Máxima |
|------|--------------------------|------------------|
| 1    | Conhecimento do Problema | 10,0             |
| 2    | Plano de Trabalho        | 10,0             |
| 3    | Qualificação da Equipe   | 50,0             |
| 4    | Experiência da Empresa   | 30,0             |
|      | <b>Total</b>             | <b>100,0</b>     |

A Nota da Proposta Técnica será calculada utilizando-se a fórmula a seguir:

$$NPT = CP + PT + QE + EE$$

Onde:

CP: é Conhecimento do Problema

PT: é Plano de Trabalho

QE: é Qualificação da Equipe

EE: é Experiência da Empresa

**Tabela 2 - Critérios de julgamento para classificação dos itens: Conhecimento do Problema (item 1, Tabela 1) e Plano de Trabalho (item 2, Tabela 1)**

| Classificação | Descrição  | Pontuação                  |
|---------------|--|----------------------------|
| Atendido      | Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro e objetivo; padrão de apresentação adequado pela clareza e domínio dos temas.                                | 100% da pontuação prevista |
| Não atendido  | O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações inadequadas, erros graves na abordagem dos temas. | 0% da pontuação prevista   |

A Tabela 2 estabelece pontuação clara e objetiva, incluindo apenas dois critérios. Tal estratégia teve como motivação, dentre outros, a preservação do princípio da isonomia. Dessa forma, bastará à comissão apontar se o item foi ou não atendido e, em sequência, prover o licitante da respectiva pontuação.

**Tabela 3 - Critério para Pontuação da Qualificação da Equipe (Item 3, Tabela 1)**

| Item         | Profissional   | Descrição da capacitação técnica  | Pontuação Máxima |
|--------------|--|---|------------------|
| 1            | Engenheiro ou arquiteto Coordenador/ Supervisor de obras de edificações (sênior) | <b>Supervisão e/ou perícia e/ou gerenciamento e/ou fiscalização de obras de construção ou reforma de edificação de múltiplos pavimentos.</b><br>*Serão aceitos atestados e certidões em que o profissional tenha exercido as funções de Responsável ou Co-responsável Técnico ou Engenheiro Coordenador ou Engenheiro Supervisor, considerando 5,0 pontos por certidão em cada tipo de atuação.                           | 10,0             |
| 2            | Engenheiro Civil ou Arquiteto especialista em estruturas (pleno)                 | <b>Fiscalização e/ou perícia e/ou supervisão de execução de obras de construção ou reforma de edificação de múltiplos pavimentos.</b><br>*Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou Co-responsável Técnico, Supervisor, Residente ou Projetista, considerando 5,0 pontos por certidão em cada tipo de atuação.   | 10,0             |
| 3            | Engenheiro especialista em instalações eletroeletrônicas (pleno)                 | <b>Fiscalização e/ou perícia e/ou supervisão de execução de obras de construção ou reforma de edificação de múltiplos pavimentos na atividade de instalações eletroeletrônicas.</b><br>*Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou Co-responsável Técnico, Supervisor, Residente ou Projetista, considerando 5,0 pontos por certidão em cada tipo de atuação. | 10,0             |
| 4            | Engenheiro especialista em instalações hidrossanitárias (pleno)                  | <b>Fiscalização e/ou perícia e/ou supervisão de execução de obras de construção ou reforma de edificação de múltiplos pavimentos na atividade de instalações hidrossanitárias.</b><br>*Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou Co-responsável Técnico, Supervisor, Residente ou Projetista, considerando 5,0 pontos por certidão em cada tipo de atuação.  | 10,0             |
| 5            | Engenheiro especialista em instalações mecânicas (pleno)                         | <b>Fiscalização e/ou perícia e/ou supervisão de execução de obras de construção ou reforma de edificação de múltiplos pavimentos na atividade de instalações mecânicas.</b><br>*Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou Co-responsável Técnico, Supervisor, Residente ou Projetista, considerando 5,0 pontos por certidão em cada tipo de atuação.         | 10,0             |
| <b>TOTAL</b> |  |   | <b>50,0</b>      |

**Tabela 4 - Critério para Pontuação da Experiência da Empresa (Item 4, Tabela 1)**

| Item         | Descrição   | Quantidade Construída | Quantidade Mínima a ser comprovada pela licitante (30%) | Pontuação                                 | Pontuação Máxima |
|--------------|---|-----------------------|---|---|------------------|
| 01           | Execução de Serviços de Supervisão ou Fiscalização ou Gerenciamento ou inspeção de Obras de Construção e/ou Reforma de Edificação de Múltiplos Pavimentos | 14.579,00 m²          | 4.373,7 m²  | 15,00 pontos/atestado, em até 2 atestados | 30,0             |
| <b>TOTAL</b> |   |                       |   |   | <b>30,0</b>      |

**7.3.6.2** A análise e o julgamento das Propostas Técnicas das empresas licitantes deverão ser procedidos pela Comissão de Licitação da NOVACAP, que poderá contar com a participação de técnicos do DETEC/DE/NOVACAP, caso necessário.

**7.3.6.3** A pontuação mínima a ser obtida pelas empresas licitantes para a Proposta Técnica é de 60,0 pontos, sendo desclassificadas aquelas que não atingirem o referido valor.

### **7.3.7 Da PROPOSTA DE PREÇOS:**

**7.3.7.1** A Proponente deverá apresentar Planilha Orçamentária, mantendo, sob pena de desclassificação, a descrição dos itens constantes no anexo “Planilha Estimativa” da NOVACAP, quando fornecida, indicando: os itens/subitens, código (da composição de custo unitário), descrição, unidade, quantidade, parcela de BDI, custo unitário, preço unitário e preço total, por serviço, preço total por etapa e preço global/total.

**7.3.7.2** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários e/ou globais simbólicos irrisórios e/ou abusivos, nos termos do art. 116 do RLC/NOVACAP e art. 56 da Lei nº 13.303/2016.

**7.3.7.3** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários que ultrapassem o valor unitário da planilha estimativa da NOVACAP, quando fornecida.

**7.3.7.3.1** O preço unitário de um determinado serviço é o resultado da soma do respectivo custo unitário com a sua parcela representativa de BDI.

**7.3.7.3.2** Para essa análise será comparado o preço unitário de cada serviço da planilha da NOVACAP e o respectivo preço unitário da proponente, independentemente do regime de recolhimento à seguridade social.

**7.3.7.4** Em atendimento ao art. 9º do RLC/NOVACAP, é vedada a participação direta ou indireta, nas licitações para obras e/ou serviços de engenharia, de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o Anteprojeto, o Projeto Básico ou o Projeto Executivo referencial para a licitação.

**7.3.7.5** No caso de contratação sob o regime de execução de Empreitada por Preço Unitário deverá ser observado o seguinte:

**7.3.7.5.1** Para efeito de elaboração de orçamento pela Proponente, os serviços a executar e respectivos quantitativos, deverão ser aqueles considerados nas Planilhas Estimativas da NOVACAP.

**7.3.7.5.2** Eventuais divergências detectadas pela Proponente nas Planilhas Estimativas da NOVACAP deverão ser comunicadas a esta Companhia, observado o subitem 7.2.1.2 deste Projeto Básico de licitação.

**7.3.7.6** Durante a execução do objeto, os quantitativos apresentados nas Planilhas Estimativas da NOVACAP não deverão ser tomados como definitivos, haja vista que apenas subsidiam a compreensão dos serviços a serem executados, conforme estabelecido no item 16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.

**7.3.7.7** As licitantes deverão apresentar o demonstrativo do BDI – Bonificações e Despesas Indiretas adotado em sua planilha orçamentária, sob pena de desclassificação, nas seguintes condições:

**7.3.7.7.1** A proponente deverá incluir no BDI o percentual relativo à Contribuição sobre a Receita Bruta – CPRB, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011;

**7.3.7.7.2** Haja vista a não limitação do percentual de BDI da proponente, deverão ser observadas as condições estabelecidas no item 18. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS desse Projeto Básico de licitação, caso seja contratada;

**7.3.7.7.3** As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar o demonstrativo de apuração de contribuições sociais, comprovando que os percentuais dos referidos tributos, adotados na taxa de BDI, correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

**7.3.7.7.4** As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006.

**7.3.7.7.5** As empresas licitantes deverão observar as tipologias de demonstrativos fornecidas pela NOVACAP – de edificações e para materiais e equipamentos, sendo este último tipo com incidência de ISS igual a zero.

**7.3.7.7.6** As empresas licitantes deverão apresentar o Demonstrativo de BDI conforme modelo apresentado abaixo, composto dos mesmos itens e calculado pela fórmula indicada:

**Benefícios e Despesas Indiretas para a Engenharia Consultiva**

| Grupo              | Componentes  | Incidências   |
|--------------------|--|---------------|
| Despesas Indiretas |  |               |
| A                  | Administração Central  | 10,00%        |
|                    | Seguros + Garantias  | 0,14%         |
|                    | Riscos   | 0,69%         |
|                    | Despesas Financeiras   | 0,22%         |
| <b>Subtotal A</b>  |  | <b>11,05%</b> |
| Tributos           |  |               |
| B                  | COFINS - Contribuição Para o Financiamento Seguridade Social | 10,54%        |
|                    | PIS - Programa de Integração Social                          | 2,29%         |
|                    | ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza            | 2,77%         |
|                    | CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta       | 0,00%         |
| <b>Subtotal B</b>  |  | <b>15,60%</b> |
| Bonificação        |  |               |
| C                  | Lucro  | 12,00%        |
| <b>Subtotal C</b>  |  | <b>12,00%</b> |
| <b>BDI</b>         |  | <b>38,64%</b> |

Referência:

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020 - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes.

**7.3.7.8 As licitantes deverão apresentar dois demonstrativos de encargos sociais (leis sociais)** incidentes sobre a mão de obra, HORISTA e MENSALISTA, em acordo com o adotado em sua proposta de preços, **sob pena de desclassificação**, nas seguintes condições:

**7.3.7.8.1** Os demonstrativos dos encargos sociais deverão estar em conformidade com os modelos SINAPI, adotados pela NOVACAP, compostos dos mesmos itens;

**7.3.7.8.2** Caso a proponente seja optante por contribuir sobre o valor da receita bruta, o demonstrativo deverá incluir o percentual relativo à Contribuição sobre a Receita Bruta – CPRB, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a parcela relativa ao INSS no demonstrativo de encargos sociais deverá ser igual a zero;

**7.3.7.8.3** Caso a proponente seja optante pela contribuição à seguridade social, nos termos dos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a parcela relativa ao INSS deverá estar em conformidade com seu enquadramento legal;

**7.3.7.8.4** Caso a licitante seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, a composição de encargos sociais não poderá incluir os gastos relativos às contribuições das quais estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**7.3.7.9 As licitantes deverão apresentar composições de custo unitário – CCUs de todos os serviços constantes nas planilhas estimativas da NOVACAP, inclusive as referentes a serviços auxiliares e aqueles obtidos a partir de tabelas oficiais de referência, sob pena de desclassificação**, nas seguintes condições:

**7.3.7.9.1** As CCUs deverão expressar detalhadamente os insumos para sua formação – materiais, equipamentos, mão de obra - com a indicação de seus coeficientes de consumo, respectivas unidades, custo unitário e total;

**7.3.7.9.2** As CCUs dos serviços deverão estar em conformidade com as respectivas descrições, unidades e totalizações apresentadas na planilha estimativa da NOVACAP;

**7.3.7.9.3** As CCUs deverão informar as incidências de encargos sociais sobre o valor da mão de obra da proponente, da seguinte forma:

**a)** Caso a unidade de medida da mão de obra for “mês”, a incidência de encargos sociais deverá ser o percentual total demonstrado pela Proponente para a mão de obra “mensalista”;

**b)** Caso a unidade de medida da mão de obra for “hora”, a incidência de encargos sociais deverá ser o percentual total demonstrado pela Proponente para a mão de obra “horista”;

**7.3.7.9.4** Será aceita apresentação de composição de custo unitário, conforme relatório obtido de software adotado pela licitante, desde que contenha, no mínimo, as seguintes informações: código da composição; descrição do serviço; unidade de medida compatível com a apresentada na planilha orçamentária de serviços; o coeficiente de consumo; o custo unitário do insumo; a parcela de BDI; e o custo total;

**7.3.7.9.5** Abaixo são apresentados 3 opções de modelos para a apresentação das CCUs. Tais modelos não são exaustivos. Dessa forma, as empresas poderão adotar o modelo que mais se adequar às suas condições, desde que seja demonstrado, no mínimo, as informações discriminadas no item 7.3.7.9.4:

|  |  |            |        |                |                  |                           |  |
|--|--|------------|--------|----------------|------------------|---------------------------|--|
| OBRA:  |  |            |        |                |                  | BDI EDIFICAÇÕES           |  |
| ORÇ.   |  |            |        |                |                  | BDI EQUIPAMENTOS          |  |
| LOCAL:   |  |            |        |                |                  | Leis Sociais Horistas:    |  |
| Tabela de referência:  |  |            |        |                |                  | Leis Sociais Mensalistas: |  |
| EXEMPLO 1 DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO  |  |            |        |                |                  |                           |  |
| SERVIÇO DA PLANILHA SINTÉTICA  |  |            |        |                |                  |                           |  |
| CÓDIGO   | DESCRIÇÃO  | UNIDADE    | QUANT. | BDI ADOPTADO % | CUSTO UNIT (R\$) | CUSTO UNIT (R\$) COM BDI  |  |
| 96616  | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF_08/2017  | M3         | 64,91  | 20,94%         | 464,26           | 561,48                    |  |
| COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO DE SERVIÇO (ABERTA SEM AUXÍLIO DE SOFTWARE) - SEM BDI |  |            |        |                |                  |                           |  |
| CÓDIGO   | DESCRIÇÃO  | CLASS      | UNAD   | COEF.          | CUSTO(R\$)       | CUSTO TOTAL (R\$)         |  |
| NÍVEL 1 - ABERTURA DA COMPOSIÇÃO PRINCIPAL   |  |            |        |                |                  |                           |  |
| 96616  | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF_08/2017  |            | M3     |                |                  | 464,26                    |  |
| 88309  | PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES   | COMPOSICAO | H      | 6,2120000      | 21,32            | 132,43                    |  |
| 88316  | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES   | COMPOSICAO | H      | 1,6940000      | 15,73            | 26,64                     |  |
| 94968  | CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016                         | COMPOSICAO | M3     | 1,1300000      | 270,08           | 305,19                    |  |
| NÍVEL 2 - ABERTURA DAS COMPOSIÇÕES PRESENTES NO NÍVEL 1                            |  |            |        |                |                  |                           |  |
| 88309  | PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES   |            | H      |                |                  | 21,32                     |  |
| 4750   | PEDREIRO   | INSUMO     | H      | 1,0000000      | 15,71            | 15,71                     |  |
| 37370  | ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)   | INSUMO     | H      | 1,0000000      | 2,31             | 2,31                      |  |
| 37371  | TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)  | INSUMO     | H      | 1,0000000      | 1,36             | 1,36                      |  |
| 37372  | EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)  | INSUMO     | H      | 1,0000000      | 0,34             | 0,34                      |  |
| 37373  | SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)  | INSUMO     | H      | 1,0000000      | 0,05             | 0,05                      |  |
| 88236  | FERRAMENTAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA  | COMPOSICAO | H      | 1,0000000      | 0,41             | 0,41                      |  |
| 88237  | EPI (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA  | COMPOSICAO | H      | 1,0000000      | 0,88             | 0,88                      |  |
| 95371  | CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PEDREIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA   | COMPOSICAO | H      | 1,0000000      | 0,26             | 0,26                      |  |
| 88316  | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES   |            | H      |                |                  | 15,73                     |  |
| 6111   | SERVENTE DE OBRAS  | INSUMO     | H      | 1,0000000      | 10,21            | 10,21                     |  |
| 37370  | ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)   | INSUMO     | H      | 1,0000000      | 2,31             | 2,31                      |  |
| 37371  | TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)  | INSUMO     | H      | 1,0000000      | 1,36             | 1,36                      |  |
| 37372  | EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)  | INSUMO     | H      | 1,0000000      | 0,34             | 0,34                      |  |
| 37373  | SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)  | INSUMO     | H      | 1,0000000      | 0,05             | 0,05                      |  |
| 88236  | FERRAMENTAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA  | COMPOSICAO | H      | 1,0000000      | 0,41             | 0,41                      |  |
| 88237  | EPI (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA  | COMPOSICAO | H      | 1,0000000      | 0,88             | 0,88                      |  |
| 95378  | CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA   | COMPOSICAO | H      | 1,0000000      | 0,17             | 0,17                      |  |
| 94968  | CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016                         |            | M3     |                |                  | 270,08                    |  |
| 370  | AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)   | INSUMO     | M3     | 0,8640000      | 87,50            | 75,60                     |  |
| 1379   | CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32   | INSUMO     | KG     | 213,4500000    | 0,41             | 87,51                     |  |
| 4721   | PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE  | INSUMO     | M3     | 0,5820000      | 84,29            | 49,05                     |  |
| 88316  | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES   | COMPOSICAO | H      | 2,1100000      | 15,73            | 33,19                     |  |
| 88377  | OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES  | COMPOSICAO | H      | 1,3300000      | 16,24            | 21,59                     |  |
| 89225  | BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF_11/2014 | COMPOSICAO | CHP    | 0,6900000      | 3,55             | 2,44                      |  |
| 89226  | BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 4 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF_11/2014 | COMPOSICAO | CHI    | 0,6500000      | 1,09             | 0,70                      |  |

|  |   |         |            |                           |                  |                          |
|--|---|---------|------------|---------------------------|------------------|--------------------------|
| OBRA:  |   |         |            | BDI EDIFICAÇÕES           |                  |                          |
| ORC. Nº :  |   |         |            | BDI EQUIPAMENTOS          |                  |                          |
| LOCAL:   |   |         |            |                           |                  |                          |
| Tabela de referência.: SINAPI - Jan de 2019 Sem Desoneração                        |   |         |            | Leis Sociais Horistas:    |                  |                          |
|  |   |         |            | Leis Sociais Mensalistas: |                  |                          |
| EXEMPLO 2 DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO  |   |         |            |                           |                  |                          |
| SERVIÇO DA PLANILHA SINTÉTICA  |   |         |            |                           |                  |                          |
| CÓDIGO   | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANT.     | BDI ADOTADO %             | CUSTO UNIT (R\$) | CUSTO UNIT (R\$) COM BDI |
| 96616  | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE                                   | M3      | 64,91      | 20,94%                    | 426,26           | 515,52                   |
| COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO DE SERVIÇO (ABERTA COM AUXÍLIO DE SOFTWARE) - SEM BDI |   |         |            |                           |                  |                          |
| COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO (SEM BDI)   |   |         |            |                           |                  |                          |
| ITEM: 2.   | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:   |         |            |                           | DATA BASE:       |                          |
|  | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF_08/2017 |         |            |                           | UNIDADE: M3      |                          |
|  |   |         |            |                           | CÓD. REF. 96616  |                          |
| EQUIPAMENTOS (A)   |   | UNIDADE | CONSUMO    | COEF.                     | CUSTO UNIT.      | CUSTO TOTAL              |
| 11359  | ESMERILHADEIRA ANGULAR ELETRICA, DIAMETRO DO                                      | UN      | 1,000000   | 0,000583                  | 585,36           | 0,34                     |
| 36397  | BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 600 L, CAPACIDADE DE                                | UN      | 1,000000   | 0,000166                  | 14.033,89        | 2,32                     |
| (A) TOTAL  |   |         |            |                           |                  | 2,66                     |
| MÃO DE OBRA (B)  |   | UNIDADE | CONSUMO    |                           | CUSTO UNIT.      | CUSTO TOTAL              |
| 4750   | PEDREIRO  | H       |            | 6,29850                   | 15,71            | 98,94                    |
| 6111   | SERVENTE DE OBRAS   | H       |            | 2,10800                   | 10,21            | 21,52                    |
| 37666  | OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA/MISTURADOR                                     | H       |            | 1,51297                   | 11,23            | 16,99                    |
| (B) TOTAL  |   |         |            |                           |                  | 137,45                   |
| MATERIAIS (C)  |   | UNIDADE | CONSUMO    |                           | CUSTO UNIT.      | CUSTO TOTAL              |
| 370  | AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA                                | M3      | 0,976320   |                           | 87,50            | 85,42                    |
| 10   | BALDE PLASTICO CAPACIDADE "10" L  | UN      | 0,072161   |                           | 8,07             | 0,58                     |
| 12893  | BOTA DE SEGURANCA COM BIQUEIRA DE ACO E   | PAR     | 0,018903   |                           | 51,07            | 0,96                     |
| 2711   | CARRINHO DE MAO DE ACO CAPACIDADE 50 A 60 L, PNEU                                 | UN      | 0,006109   |                           | 108,60           | 0,66                     |
| 1379   | CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32  | KG      | 213,450000 |                           | 0,41             | 87,51                    |
| 12815  | FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M   | UN      | 0,082133   |                           | 6,91             | 0,56                     |
| 12892  | LUVAS RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO *7" CM)                                   | PAR     | 0,162024   |                           | 9,57             | 1,55                     |
| 4721   | PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO  | M3      | 0,582000   |                           | 84,29            | 49,05                    |
| 25966  | REDUTOR TIPO THINNER PARA ACABAMENTO  | L       | 0,013689   |                           | 14,25            | 0,19                     |
| 37370  | ALIMENTACAO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES)                                   | H       | 11,793200  |                           | 2,31             | 27,24                    |
| 37371  | TRANSPORTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES)                                    | H       | 11,793200  |                           | 1,36             | 16,03                    |
| 37372  | EXAMES - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES)  | H       | 11,793200  |                           | 0,34             | 4,00                     |
| 37373  | SEGURO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES)  | H       | 11,793200  |                           | 0,05             | 0,58                     |
| 36150  | AVENTAL DE SEGURANCA DE RASPA DE COURO 1,00 X 0,60                                | UN      | 0,031422   |                           | 31,60            | 0,99                     |
| 36146  | PROTETOR SOLAR FPS 30, EMBALAGEM 2 LITROS   | UN      | 0,014664   |                           | 180,88           | 2,65                     |
| 36144  | RESPIRADOR DESCARTAVEL SEM VALVULA DE EXALACAO,                                   | UN      | 1,318135   |                           | 1,19             | 1,56                     |
| 36153  | TALABARTE DE SEGURANCA, 2 MOSQUETOS TRAVA   | UN      | 0,012708   |                           | 142,31           | 1,80                     |
| 36149  | TRAVA-QUEDAS EM ACO PARA CORDA DE 12 MM,  | UN      | 0,008491   |                           | 125,02           | 1,06                     |
| 38412  | INVERSOR DE SOLDA MONOFASICO DE 160 A, POTENCIA                                   | UN      | 0,000408   |                           | 789,61           | 0,32                     |
| 38413  | LIXADEIRA ELETRICA ANGULAR, PARA DISCO DE 7 " (180                                | UN      | 0,000399   |                           | 603,50           | 0,24                     |
| 38399  | BOLSA DE LONA PARA FERRAMENTAS *50 X 35 X 25" CM                                  | UN      | 0,002329   |                           | 134,20           | 0,31                     |
| 38476  | ESCADA DUPLA DE ABRIR EM ALUMINIO, MODELO PINTOR,                                 | UN      | 0,001864   |                           | 202,19           | 0,37                     |
| 38477  | ESCADA EXTENSIVEL EM ALUMINIO COM 6,00 M ESTENDIDA                                | UN      | 0,000399   |                           | 572,62           | 0,22                     |
| 38396  | SELADOR HORIZONTAL PARA FITA DE ACO 1 "   | UN      | 0,000466   |                           | 619,04           | 0,28                     |
| 38382  | LINHA DE PEDREIRO LISA 100 M  | UN      | 0,026047   |                           | 9,01             | 0,23                     |
| 38393  | ROLO DE ESPUMA POLIESTER 23 CM (SEM CABO)   | UN      | 0,013689   |                           | 12,25            | 0,16                     |
| 38390  | ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO)   | UN      | 0,013689   |                           | 27,17            | 0,37                     |
| 2705   | ENERGIA ELETRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM                                     | KW/H    | 1,949250   |                           | 0,65             | 1,26                     |
| (C) TOTAL  |   |         |            |                           |                  | 286,15                   |
| CUSTO UNITÁRIO DIRETO (A + B + C)  |   |         |            |                           |                  | 426,26                   |
| BDI  |   |         |            |                           | 0%               |                          |
| PREÇO UNITÁRIO TOTAL   |   |         |            |                           |                  | 426,26                   |

| OBRA:  |   |         |        | BDI EDIFICAÇÕES           |                  |                          |
|--|---|---------|--------|---------------------------|------------------|--------------------------|
| ORC. Nº :  |   |         |        | BDI EQUIPAMENTOS          |                  |                          |
| LOCAL:   |   |         |        |                           |                  |                          |
| Tabela de referência: SINAPI - Jan de 2019 Sem Desoneração                         |   |         |        | Leis Sociais Horistas:    |                  |                          |
|  |   |         |        | Leis Sociais Mensalistas: |                  |                          |
| EXEMPLO 3 DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO  |   |         |        |                           |                  |                          |
| SERVIÇO DA PLANILHA SINTÉTICA  |   |         |        |                           |                  |                          |
| CÓDIGO   | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANT. | BDI ADOTADO %             | CUSTO UNIT (R\$) | CUSTO UNIT (R\$) COM BDI |
| 96616  | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF 08/2017   | M3      | 64,91  | 20,94%                    | 464,26           | 561,48                   |
| COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO DE SERVIÇO (ABERTA COM AUXÍLIO DE SOFTWARE) - SEM BDI |   |         |        |                           |                  |                          |
| CÓDIGO   | DESCRIÇÃO   | CLASS   | UN ADP | COEF.                     | CUSTO(R\$)       | CUSTO TOTAL (R\$)        |
| 96616  | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF 08/2017   |         | M3     |                           |                  | 426,26                   |
| 11359  | ESMERILHADEIRA ANGULAR ELETRICA, DIAMETRO DO DISCO 7 " (180 MM), ROTACAO 8500 RPM, POTENCIA 2400 W  | INSUMO  | UN     | 0,0006                    | 585,36           | 0,34                     |
| 36397  | BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360L, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380V, POTENCIA 4CV, EXCLUSO CARREGADOR                      | INSUMO  | UN     | 0,0002                    | 14.033,89        | 2,32                     |
| 4750   | PEDREIRO  | INSUMO  | H      | 6,2985                    | 15,71            | 98,94                    |
| 6111   | SERVENTE DE OBRAS   | INSUMO  | H      | 2,1080                    | 10,21            | 21,52                    |
| 37666  | OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA/MISTURADOR   | INSUMO  | H      | 1,5130                    | 11,23            | 16,99                    |
| 370  | AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)  | INSUMO  | M3     | 0,9763                    | 87,50            | 85,42                    |
| 10   | BALDE PLASTICO CAPACIDADE *10* L  | INSUMO  | UN     | 0,0722                    | 8,07             | 0,58                     |
| 12893  | BOTA DE SEGURANCA COM BIQUEIRA DE ACO E COLARINHO ACOLCHOADO  | INSUMO  | PAR    | 0,0189                    | 51,07            | 0,96                     |
| 2711   | CARRINHO DE MAO DE ACO CAPACIDADE 50 A 60 L, PNEU COM CAMARA  | INSUMO  | UN     | 0,0061                    | 108,60           | 0,66                     |
| 1379   | CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32  | INSUMO  | KG     | 213,4500                  | 0,41             | 87,51                    |
| 12815  | FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M   | INSUMO  | UN     | 0,0821                    | 6,91             | 0,56                     |
| 12892  | LUVAS RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO *7* CM)   | INSUMO  | PAR    | 0,1620                    | 9,57             | 1,55                     |
| 4721   | PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE   | INSUMO  | M3     | 0,5820                    | 84,29            | 49,05                    |
| 25966  | REDUTOR TIPO THINNER PARA ACABAMENTO  | INSUMO  | L      | 0,0137                    | 14,25            | 0,19                     |
| 37370  | ALIMENTACAO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) (COLETADO CAIXA)  | INSUMO  | H      | 11,7932                   | 2,31             | 27,24                    |
| 37371  | TRANSPORTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) (COLETADO CAIXA)   | INSUMO  | H      | 11,7932                   | 1,36             | 16,03                    |
| 37372  | EXAMES - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) (COLETADO CAIXA)   | INSUMO  | H      | 11,7932                   | 0,34             | 4,00                     |
| 37373  | SEGURO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) (COLETADO CAIXA)   | INSUMO  | H      | 11,7932                   | 0,05             | 0,58                     |
| 36150  | AVENTAL DE SEGURANCA DE RASPA DE COURO 1,00 X 0,60 M  | INSUMO  | UN     | 0,0314                    | 31,60            | 0,99                     |
| 36146  | PROTECTOR SOLAR FPS 30, EMBALAGEM 2 LITROS  | INSUMO  | UN     | 0,0147                    | 180,88           | 2,65                     |
| 36144  | RESPIRADOR DESCARTAVEL SEM VALVULA DE EXALACAO, PFF 1   | INSUMO  | UN     | 1,3181                    | 1,19             | 1,56                     |
| 36153  | TALABARTE DE SEGURANCA, 2 MOSQUETÕES TRAVA DUPLA *53* MM DE ABERTURA, COM ABSORVEDOR DE ENERGIA   | INSUMO  | UN     | 0,0127                    | 142,31           | 1,80                     |
| 36149  | TRAVA-QUEDAS EM ACO PARA CORDA DE 12 MM, EXTENSOR DE 25 X 300 MM, COM MOSQUETAO TIPO GANCHO TRAVA DUPLA   | INSUMO  | UN     | 0,0085                    | 125,02           | 1,06                     |
| 38412  | INVERSOR DE SOLDA MONOFASICO DE 160 A, POTENCIA DE 5400 W, TENSÃO DE 220 V, TURBO VENTILADO, PROTECAO POR FUSIVEL TERMICO, PARA ELETRODOS DE 2,0 A 4,0 MM | INSUMO  | UN     | 0,0004                    | 789,61           | 0,32                     |
| 38413  | LIXADEIRA ELETRICA ANGULAR, PARA DISCO DE 7 " (180 MM), POTENCIA DE 2.200 W, *5.000* RPM, 220 V   | INSUMO  | UN     | 0,0004                    | 603,50           | 0,24                     |
| 38399  | BOLSA DE LONA PARA FERRAMENTAS *50 X 35 X 25* CM  | INSUMO  | UN     | 0,0023                    | 134,20           | 0,31                     |
| 38476  | ESCADA DUPLA DE ABRIR EM ALUMINIO, MODELO PINTOR, 8 DEGRAUS   | INSUMO  | UN     | 0,0019                    | 202,19           | 0,37                     |
| 38477  | ESCADA EXTENSIVEL EM ALUMINIO COM 6,00 M ESTENDIDA  | INSUMO  | UN     | 0,0004                    | 572,62           | 0,22                     |
| 38396  | SELADOR HORIZONTAL PARA FITA DE ACO 1 "   | INSUMO  | UN     | 0,0005                    | 619,04           | 0,28                     |
| 38382  | LINHA DE PEDREIRO LISA 100 M  | INSUMO  | UN     | 0,0260                    | 9,01             | 0,23                     |
| 38393  | ROLO DE ESPUMA POLIESTER 23 CM (SEM CABO)   | INSUMO  | UN     | 0,0137                    | 12,25            | 0,16                     |
| 38390  | ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO)   | INSUMO  | UN     | 0,0137                    | 27,17            | 0,37                     |
| 2705   | ENERGIA ELETRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM DEMANDA   | INSUMO  | KW/H   | 1,9493                    | 0,65             | 1,26                     |

**7.3.7.9.6** A proponente deverá apresentar em cada CCU, após a totalização de custo unitário, a respectiva parcela de BDI e o custo unitário total para o serviço.

**7.3.7.9.7** Em caso de divergência entre o custo unitário de serviço apresentado na planilha orçamentária da Proponente e o custo total da respectiva CCU, prevalecerá o custo unitário total da CCU.

**7.3.7.10** As Proponentes deverão apresentar as planilhas orçamentárias, as composições de custos unitários, os demonstrativos de encargos sociais e de BDI, bem como o cronograma físico-financeiro, em meio magnético, em formato Excel, sob pena de desclassificação.

**7.3.7.11** Após a assinatura do Contrato, ficará pressuposta a concordância tácita da CONTRATADA com todos os documentos anexos ao Edital, não cabendo-lhe quaisquer alegações posteriores sobre divergências entre os mesmos e nem de desconhecimento ou omissões na Planilha Estimativa da NOVACAP, quando fornecida, ressalvando-se as situações previstas em matriz de risco, quando couber.

**7.3.7.12** O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pela NOVACAP.

**7.3.7.13** O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, nos termos do § 2º do art. 131 do RLC/NOVACAP.

**7.3.7.14** A análise da proposta de preços das Proponentes obedecerá a fórmula a seguir:

$$NP = \{ 1 - [(X_2 \div X_1) - 1] \} \times 100$$

Onde:

P: é a nota de Preço;

X<sub>1</sub>: é o preço da menor proposta ou menor oferta;

$X_2$ : é o preço da proponente avaliada.

A título de exemplo, considerando que para uma licitação estimada em R\$ 5,00, a menor proposta for de R\$ 4,50 ( $X_1$ ) e o preço ofertado pela proponente a ser avaliada for de R\$ 4,65 ( $X_2$ ), a fórmula seria aplicada da seguinte forma:

$$NP = (1 - ((4,65/4,50) - 1)) \times 100$$

$$NP = (1 - (1,033 - 1)) \times 100$$

$$NP = (1 - 0,0333) \times 100$$

$$NP = 0,667 \times 100$$

$$NP = 66,7$$

### 7.3.8 Da avaliação da PONTUAÇÃO FINAL:

**7.3.8.1** Após o atendimento às condições elencadas no item 7.3.6 e 7.3.7, proceder-se-á a avaliação ponderada das Propostas Técnicas e de Preço.

**7.3.8.2** Com o objetivo de não prejudicar a competitividade do certame e adequar-se ao interesse da Administração, na obtenção de proposta que seja, também, vantajosa economicamente, foi estabelecida ponderação entre a nota da proposta técnica e da proposta de preços de, respectivamente, 60/40. Buscou-se, portanto, atender ao princípio da proporcionalidade, tendo em vista que o privilégio excessivo da técnica em detrimento do preço, sem haver justificativas suficientes que demonstrem a sua necessidade, poderiam resultar em contratação a preços desvantajosos para a Administração. Tal opção encontra posição favorável no Tribunal de Contas da União que, em recente decisão, exarou o seguinte entendimento:

**6. Nas licitações do tipo técnica e preço, é irregular a atribuição de excessiva valoração ao quesito técnica, em detrimento do preço, sem amparo em estudo suficiente a demonstrar a sua necessidade, uma vez que a adoção de critério desproporcional pode acarretar prejuízo à competitividade do certame e à obtenção da proposta mais vantajosa.**

**7.3.8.3 A Pontuação Final das proponentes deverá ser calculada utilizando-se a seguinte fórmula:**

$$NF = \frac{60 \times NPT + 40 \times NPP}{100}$$

Onde:

NF: é pontuação final;

NPT: é a nota da proposta técnica;

NPP: é a nota da proposta de preços.

**7.3.8.3 Não deverá ser considerada a proposta técnica que obtiver pontuação inferior a 60,0 pontos.**

**7.3.8.4** A pontuação final será arredondada até os centésimos, de acordo com a regra definida pela norma da NBR 5891/ABNT - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

## 8. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES

**8.1 Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos técnicos**, fica estabelecido que:

**8.1.1** Em caso de divergências entre as Planilhas Estimativas e o Caderno de Especificações Técnicas, prevalecerá este último;

**8.1.2** Em caso de divergências entre os desenhos de detalhes e o projeto arquitetônico prevalecerão sempre os primeiros;

**8.1.3** Em caso de divergências entre os desenhos dos projetos e os Cadernos de Especificações, prevalecerá sempre este último;

**8.1.4** Em caso de divergências entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, a FISCALIZAÇÃO, sob consulta prévia, definirá as dimensões corretas;

**8.1.5** Em caso de divergências entre os desenhos de escalas diferentes e datas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala e os mais recentes;

**8.1.6** Em caso de divergências entre os Cadernos de Especificações e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão sempre estas últimas.

**8.1.7** Em caso de dúvidas quanto à interpretação de quaisquer desenhos e das prescrições contidas nos Cadernos de Especificações, será consultada a FISCALIZAÇÃO e os autores dos projetos.

**8.1.8** Em caso de divergência entre o arquivo digital e o respectivo documento anexado ao processo SEI, prevalecerá o último.

**8.1.9** Em caso de divergência entre o custo unitário do serviço apresentado na planilha orçamentária contratual e o da respectiva composição de custo unitário, prevalecerá o último.

## 9. LICENCIAMENTO E FRANQUEAMENTO

**9.1** A CONTRATADA será responsável pela contratação de todo o pessoal necessário ao pleno desenvolvimento dos serviços e deverá cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas e da Previdência Social.

**9.2 A CONTRATADA deverá proceder à obtenção de todas as aprovações ou re-aprovações de projetos, necessários à plena execução futura das obras.**

**9.2.1 Excepcionalmente**, caso não seja possível a aprovação ou visto dos projetos nos órgãos competentes, a CONTRATADA deverá informar imediatamente à FISCALIZAÇÃO, que deverá solicitar manifestação do PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO) por intermédio da Direção da NOVACAP.

**9.2.2** O PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO) deverá se manifestar do que trata o item 9.2, **no prazo de até 10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento da comunicação oficial feita pela Direção da NOVACAP.

**9.2.3** A manifestação do PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO) deverá conter um Plano de Ação com prazo de resolução de que trata o item 9.2, caso não haja possibilidade imediata de regularização, orientando quais procedimentos deverão ser realizados pela NOVACAP.

**9.3 A CONTRATADA deverá:**



**9.3.1** Registrar, no CREA e/ou CAU, as Responsabilidades Técnicas relativas aos serviços técnicos;

**9.3.2** Conhecer e observar, onde couber, o conteúdo em Autorização Ambiental emitida por órgão competente, e ainda os termos do item 11. GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.

## **10. INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRAZOS**

**10.1** O prazo de execução total é de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contado a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pelo contratado.

**10.2** O prazo de vigência do Contrato será de 270 (duzentos e setenta) dias corridos, contado a partir da data da assinatura do Contrato, tendo em vista ser de até 90 (noventa) dias corridos, a contar da lavratura do Termo do Recebimento Provisório, o prazo para o Recebimento Definitivo do objeto.

**10.3** Obrigatoriamente, a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO deverão realizar reunião, em até 5 (cinco) dias corridos contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, para discussão dos serviços, com a participação dos respectivos autores e/ou analistas dos projetos, bem como do PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO).

**10.3.1** Deverá ser lavrada ata ou arquivo de vídeo para registro da reunião de início dos trabalhos e de todas as posteriores.

**10.3.2** Deverão ser apresentados pela CONTRATADA as licenças, alvarás, autorizações e outros documentos necessários a plena execução do Contrato.

**10.3.3** A reunião visa à avaliação conjunta da execução contratual e agilizar decisões técnicas referentes à execução dos serviços com a qualidade necessária e no prazo previsto.

**10.3.4** Na ocasião, a CONTRATADA deverá apresentar, às suas expensas, Relatório técnico minucioso contendo avaliação da documentação técnica disponibilizada por ocasião da licitação e o planejamento dos serviços, discutindo com a NOVACAP, bem como esclarecendo dúvidas porventura existentes.

**10.4** A execução do Contrato deverá ser planejada e controlada através do Cronograma Físico-Financeiro elaborado pela CONTRATADA, a partir do apresentado por ocasião da licitação, constante à **página 16** da Planilha Orçamento ORÇ-DT 020-22-SEORÇA-SDS-PLA-CLP-R02 (SEI nº 96289118), e ajustado às condições do início dos serviços, observando os desembolsos máximos por etapa, previstos no cronograma físico-financeiro referencial da licitação.

**10.4.1** O novo cronograma Físico-Financeiro deverá ser submetido à análise da FISCALIZAÇÃO em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, em conformidade com o prazo de execução estabelecido no Contrato.

**10.4.2** O novo Cronograma Físico-Financeiro elaborado pela CONTRATADA deverá contemplar o planejamento completo de execução dos serviços, demonstrando os caminhos críticos, gráfico de Gant, PERT/CPM, entre outros.

**10.4.2.1** Ao adequar o Cronograma Físico-Financeiro à sua proposta e ao Contrato, a **CONTRATADA deverá observar que os itens relativos à Administração Local serão proporcionais à execução financeira do contrato**, em cada uma das etapas previstas.

**10.4.3** A partir da entrega do Cronograma Físico-Financeiro pela CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO, por sua vez, terá até 5 (cinco) dias corridos para analisar, solicitar ajustes e aprovar o Cronograma Físico-Financeiro final.

**10.4.4** A CONTRATADA deverá apresentar o novo cronograma físico-financeiro composto de:

**10.4.4.1** Cronograma físico-financeiro – Resumo, contendo os seguintes grupos:

01.00.000 SERVIÇOS TÉCNICOS-PROFISSIONAIS; 02.00.000 INSPEÇÃO PREDIAL, ENSAIOS E PROJETOS "AS BUILT"; 03.00.000 ELABORAÇÃO DO MANUAL DE USO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO; 04.00.000 ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS COMPLEMENTARES POR DEMANDA; 05.00.000 ELABORAÇÃO DE PLANILHA ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA; 06.00.000 ELABORAÇÃO DE PLANEJAMENTO DA OBRA.

**10.4.4.2** Cronograma físico-financeiro – Detalhado, correspondendo ao detalhamento dos grupos apresentados no Cronograma físico-financeiro – Resumo, contemplando todos os serviços da Planilha Orçamentária, com previsão das etapas, dos respectivos quantitativos, dos preços unitários e totais.

**10.4.5** A última etapa do cronograma físico-financeiro deverá ter no mínimo 10% (dez por cento) do valor total do Contrato. A emissão da fatura/nota fiscal referente a esta etapa está condicionada a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

## **11. GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**11.1** A CONTRATADA deverá respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados.

**11.2** A CONTRATADA deverá cumprir as condicionantes constantes da Autorização Ambiental, que forem de sua responsabilidade, garantindo a sustentabilidade ambiental do empreendimento, sempre que couber.

**11.3** A CONTRATADA deverá executar medidas de mitigação dos danos ambientais e de compensação ambiental definidas no licenciamento ambiental e na legislação em vigor.

**11.4** A CONTRATADA deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.

**11.5** A CONTRATADA deverá avaliar impactos de vizinhança que possam ser causadas pela execução dos serviços, na forma da legislação urbanística, sempre que couber.

**11.6** A CONTRATADA deverá zelar pela proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, cujo impacto possa ser causado pela execução dos serviços, sempre que couber.

**11.7** Os critérios e procedimentos referentes a resíduos da construção civil deverão considerar a Resolução nº 307/2002 do CONAMA, as Normas Brasileiras - ABNT e demais legislações e normas vigentes.

**11.8** No que se refere à pilhas, baterias, baterias de celular e lâmpadas fluorescentes usadas, a CONTRATADA deverá fazer o correto descarte, conforme previsto Resolução do CONAMA nº 401/2008, e Lei Distrital nº 4.154/2008 e demais legislações e normas vigentes.

**11.9** A CONTRATADA deverá realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação e demais normas vigentes.

**11.10** Os materiais remanescentes de serviços executados serão selecionados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo a CONTRATADA alocar o material aproveitável em área a ser definida pela CONTRATANTE e realizar o descarte dos rejeitos de acordo com a legislação pertinente e demais normas vigentes.

**11.11** A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do projeto.

**11.12** A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.

## 12. GARANTIAS E SEGUROS

**12.1 A CONTRATADA deverá fazer, por sua própria conta, Garantia Contratual, Seguro de Acidentes, bem como Seguro Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil.**

**12.1.1** A CONTRATADA deverá prever, na garantia contratual, cobertura para o pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários sob sua responsabilidade que, porventura, não sejam quitados.

**12.1.2** O valor da garantia contratual deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, com prazo de validade durante toda a execução do contrato e por **90 (noventa) dias após o término da vigência contratual**.

**12.1.3** No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante do seguro contratual, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, nas condições estabelecidas no Edital.

**12.1.3.1** O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

**12.2 A garantia contratual assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:**

**12.2.1** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

**12.2.2** Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

**12.2.3** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

**12.2.4** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**12.3** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar, no mínimo, todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

**12.4** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica para o Contrato, com correção monetária.

**12.5** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**12.6** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**12.7** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para ressarcimento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição **no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos**, contados da data em que for notificada.

**12.8** A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, após notificação à CONTRATADA e à seguradora ou entidade bancária, dentro do prazo de vigência da garantia, sem prejuízo da cobrança dentro do prazo prescricional.

**12.9** Será considerada extinta a garantia:

**12.9.1** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

**12.9.2** No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

**12.10** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**12.11** Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, **no prazo de até 90 (noventa) dias** após o término de vigência do contrato.

**12.12** Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes durante a execução dos serviços, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados aos serviços, ainda que ocorridos fora do canteiro, em quaisquer tipos de situações.

**12.13** O Seguro contra acidentes deverá garantir, ainda, proteção contra fogo, inclusive o celeste, incluindo todos os materiais existentes no local de execução dos serviços.

**12.14** O Seguro de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil, sempre que contratado, deverá garantir proteção contra perigos, tais como incêndio, erro de execução, sabotagens, roubo, furto, danos causados por fenômenos da natureza, além de danos causados a terceiros. As máquinas e equipamentos utilizados durante a execução dos serviços também deverão ser incluídas na apólice de seguro.

**12.15** A CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização em caso de incêndio, seja a que título for, salvo o que lhe é devida pelo seguro que por sua conta tenha feito, assim como não poderá retardar ou suspender serviços de reconstrução, com base em demora no pagamento da indenização por parte da companhia de seguros.

**12.16** A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato, inclusive riscos de engenharia e de responsabilidade civil.

## 13. ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO

**13.1** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes indicados pela NOVACAP e pela PGDF.

**13.2** Em até 2 (dois) dias corridos da assinatura do Contrato, deverá ser nomeado um representante ou comissão para recebimento dos produtos, fiscalização e acompanhamento do mesmo, formada necessariamente por pelo menos dois representantes, sendo um do DETEC e outro do DEDIF.

**13.2.1** O(s) representante(s) indicados deverão ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**13.3** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos documentos técnicos constantes no Projeto Básico.

**13.4** A FISCALIZAÇÃO dos serviços descritos neste documento estará sediada na cidade de Brasília/DF, portanto, eventuais custos com deslocamentos e diárias para a realização das Reuniões de Trabalho na Sede da FISCALIZAÇÃO correrão por conta da CONTRATADA.

**13.5 A FISCALIZAÇÃO** do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento do pactuado, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na legislação.

**13.6** A conformidade dos serviços contratados deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a discriminação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico.

**13.7 A FISCALIZAÇÃO** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

**13.8** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**13.9 A FISCALIZAÇÃO** deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**13.10** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela FISCALIZAÇÃO, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**13.11** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, deverão ser aplicadas as sanções à CONTRATADA, de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**13.12** A FISCALIZAÇÃO poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**13.13** A FISCALIZAÇÃO de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de bem inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes.

**13.14** De qualquer decisão da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos no presente Projeto Básico ou no Contrato, caso a CONTRATADA se julgue prejudicada, será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa das partes.

#### **14. EQUIPAMENTO, FERRAMENTAL E MÃO DE OBRA**

**14.1** Caberá à CONTRATADA o fornecimento, por todo o período em que se fizer necessário, da totalidade de equipamentos, ferramental, mão de obra, máquinas, softwares e aparelhos, inclusive sua manutenção, licença, substituição, reparo e transporte, satisfazendo rigorosamente às condições estipuladas pelas normas da ABNT e pelas especificações e visando o andamento satisfatório dos serviços e a sua conclusão no prazo fixado em Contrato.

**14.2** A CONTRATADA deverá garantir que os empregados alocados sejam adequadamente capacitados e habilitados à prestação dos serviços objeto do Contrato.

#### **15. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**15.1** Compete à CONTRATADA a execução, às suas expensas, de todo e qualquer serviço necessário à conclusão do objeto da contratação.

**15.2** A CONTRATADA deverá contar com espaço físico adequado à realização do objeto a ela confiado, independente da localização de sua sede.

**15.2.1** Será facultado à CONTRATANTE, e àqueles por ela autorizados, livre acesso às instalações da CONTRATADA onde estejam sendo realizados os trabalhos relacionados com o objeto, mediante prévia autorização da CONTRATADA.

**15.3** Obrigatoriamente, a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO deverão realizar reunião, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, para apresentação, por parte da CONTRATADA, do planejamento para a execução dos serviços que fazem parte do objeto contratado.

**15.3.1** As demais reuniões deverão ser agendadas entre as partes, observando as etapas determinadas no Cronograma Físico-financeiro e as questões específicas impostas pelas particularidades do objeto em desenvolvimento.

**15.3.2** Os prazos para execução do objeto poderão ser alterados, desde que a alteração pretendida seja aprovada pela CONTRATANTE em ato devidamente justificado.

**15.3.3** Cada etapa prevista no Cronograma Físico-financeiro e acertada entre as partes só poderá ser iniciada após encerrada a anterior, e devidamente autorizado pela CONTRATANTE, salvo nos casos de sobreposição de etapas originalmente previstas no Cronograma Físico-financeiro aprovado.

**15.4** Os serviços a serem executados e os produtos gerados, objetos da presente contratação, deverão obedecer rigorosamente e minimamente às normas listadas abaixo, entre outras indicadas à critério da CONTRATANTE, e ao contido na Especificação Técnica 03 (SEI nº 96228481):

**15.4.1** Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a **ABNT NBR 16747 - Inspeção Predial – Diretrizes, conceitos, terminologia e procedimento**.

**15.4.2** Na falta de normas da ABNT, normas internacionais consagradas.

**15.4.3** Disposições legais da União e do Governo do Distrito Federal, tais como Código de Obras e Edificações do Distrito Federal - COE, Normas Urbanísticas de Ocupação de Área – NGB's, Normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, Normas de Acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais, Critérios e Decretos do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM e Normas Técnicas das Concessionárias Locais (CEB, CAESB, NOVACAP).

**15.4.4** Prescrições e recomendações de fabricantes de equipamentos, acessórios e materiais que integrem ou sejam especificados nos projetos elaborados.

**15.5** Toda documentação técnica deverá observar os procedimentos e padrões exigidos para apresentação no âmbito do Departamento Técnico da Diretoria de Edificações da NOVACAP, cabendo à CONTRATADA obter, junto à CONTRATANTE, informações sobre a correta apresentação dos mesmos.

**15.6** Todos os trabalhos técnicos elaborados pela CONTRATADA deverão ser registrados no CREA e/ou CAU e apresentadas as respectivas Anotações de Responsabilidades Técnicas – ARTs e/ou Registros de Responsabilidades Técnicas - RRTs, quando da apresentação dos mesmos.

**15.7** Na execução do contrato somente será admitida a substituição de qualquer dos profissionais indicados como integrantes da Equipe Técnica da CONTRATADA por outros profissionais cuja capacitação seja, no mínimo, equivalente ou superior à do profissional substituído, tendo em vista as exigências constantes da licitação. O mesmo será válido para os profissionais que poderão ser contratados, caso a demanda da CONTRATADA aumente.

**15.7.1** A proposta de substituição ou contratação de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional, acompanhada do respectivo acervo técnico e da baixa da ART do profissional que está sendo substituído, quando for o caso. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela CONTRATANTE.

**15.8** Para qualquer serviço mal executado, a CONTRATANTE se reservará o direito de mandar refazê-lo na forma que melhor se adequar ao alcance dos resultados esperados, sem que tal fato acarrete solicitação de ressarcimento financeiro por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo para a conclusão dos serviços.

**15.9** A contratada deverá apresentar os seguintes produtos:

**15.9.1** Laudo parcial de inspeção predial;

**15.9.2** Laudo final de inspeção predial com projeto AS BUILT e ensaios;

**15.9.3** Projetos executivos e/ou especificações complementares - por demanda;

**15.9.4** Manual de Uso, Operação e Manutenção;

**15.9.5** Planilha Estimativa de Preço de obra inclusive CPU, levantamentos; e

**15.9.6** Planejamento da Obra: cronograma físico financeiro e PERT/CPM.

**15.10** Para cada produto foi estimado o respectivo valor, que será pago somente após sua entrega pela Contratada e atestada pela Fiscalização da CONTRATANTE.

**15.10.1** Não caberá à Contratada alegar que a equipe é insuficiente para a entrega dos produtos, sendo responsabilidade da mesma aumentar a equipe para cumprir com a entrega dos produtos, sem que ocorra ônus à CONTRATANTE.

**15.10.1** Os produtos deverão ser entregues até ao 5º dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços.

**15.10.2** O laudo parcial de inspeção predial deverá ser entregue, em primeira versão, **30 (trinta) dias após a emissão da ordem de serviço**, para fins de análise da área técnica da NOVACAP.

**15.10.3** Somente serão aceitos os produtos constantes nos subitens 5 e 6 do item 7.1 se devidamente acompanhados do Check List de Orçamento (ANEXO 1), preenchido e assinado pelo Responsável Técnico, e de Declaração expressa de verificação do orçamento (ANEXO 2)

**15.11** A CONTRATADA responsabilizar-se-á por:

**15.11.1** Transporte e deslocamento interno de todo o equipamento e material necessário à execução dos serviços.

**15.11.2** Cumprir os prazos estipulados, providenciando os equipamentos, softwares e materiais a serem empregados, com a antecedência necessária.

**15.11.3** Não observância das técnicas estatuídas no Decreto nº 92100 de 10/12/85, MARE; e atualizada pela Portaria nº 2296 do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, publicada no DOU de 31/07/1997.

**15.11.4** Falta de execução dos serviços contratados.

**15.11.5** Falta de segurança e perfeição dos serviços realizados e sua consequente reparação, correção, ou substituição, quando solicitada pela FISCALIZAÇÃO.

**15.11.6** Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme disposto no art. 76 da Lei nº 13.303/2016 e RLC/NOVACAP.

**15.11.7** Danos causados diretamente a terceiros ou à Administração Pública, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**15.11.8** Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação ou norma específica vigentes no Distrito Federal, no que se refere aos serviços contratados.

**15.11.9** Encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

**15.12** A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos quando a FISCALIZAÇÃO determinar ou autorizar por escrito.

## 16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

**16.1** As formas, condições e prazos dos pagamentos serão efetuados conforme descrito neste item, bem como o que for estabelecido no Edital, no Contrato, que deverão ser compatíveis com o Convênio estabelecido entre a CONTRATANTE e o órgão CONVENIENTE, quando couber.

**16.2** Do critério de medição:

**16.2.1** No caso de contratação sob o regime de execução Empreitada por preço unitário deverá ser apresentado “Boletim de Medição” pela CONTRATADA, contendo as medições quantitativas dos serviços, tendo como pré-requisitos a qualidade da execução e a compatibilidade com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado, sempre que houver.

**16.2.1.1** As medições deverão ser apresentadas até o 5º dia útil do mês subsequente a execução dos serviços após a autorização da fiscalização da CONTRATANTE.

Quadro de Estimativa de Medições

| Item | Descrição  | M1 | M2 | M3 | M4 | M5 | M6 |
|------|--|----|----|----|----|----|----|
| 1    | Inspeção Predial   |    |    |    |    |    |    |
| 1.1  | Laudo parcial de inspeção predial                              | X  |    |    |    |    |    |
| 1.2  | Laudo final de inspeção predial com projeto AS BUILT e ensaios |    | X  | X  |    |    |    |
| 2    | Projetos executivos e/ou especificações complementares         |    | X  | X  | X  |    |    |
| 3    | Manual de Uso, Operação e Manutenção                           |    |    |    |    |    | X  |
| 4    | Planilha Estimativa de Preço e demais componentes              |    |    |    | X  | X  |    |
| 5    | Planejamento da obra: cronograma físico-financeiro e PERT/CPM  |    |    |    |    | X  | X  |

**16.2.1.2 O Boletim de Medição deverá ser acompanhado do Check List (ANEXO 1), preenchido e assinado pelo Responsável Técnico, e de Declaração expressa de verificação do projeto e/ou do orçamento (ANEXO 2).**

**16.2.1.3** O “Boletim de Medição” deverá ser submetido à análise e aprovação da FISCALIZAÇÃO, que autorizará a emissão de fatura/nota fiscal, emitirá o Relatório Circunstanciado de Execução de Contrato e encaminhará processo administrativo para liquidação e pagamento.

**16.2.1.4** Os critérios de medição e pagamentos dos serviços deverão estar condizentes com as unidades de medida e com os sistemas referenciais de preços constantes nas Planilhas referenciais da NOVACAP, em atenção às Decisões nº 925/2015 e nº 698/2021 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

**16.2.1.5** O valor efetivo dos serviços será aquele analisado e aprovado pela CONTRATANTE, a cada medição.

### **16.3 Do pagamento:**

**16.3.1** A autorização para a emissão de faturas para pagamento de serviços realizados somente será concedida após a aprovação da etapa pela FISCALIZAÇÃO. Após a devida aprovação, a CONTRATADA deverá apresentar e protocolar carta ao setor de Protocolo Geral da NOVACAP, encaminhando as documentações necessárias para fins de faturamento, de acordo com o edital e/ou contrato, a qual será instruída pela Divisão de Liquidação da Diretoria Financeira, nos termos do inciso XV, do art. 60, do Regimento Interno da NOVACAP, ou, conforme regulamentação específica da NOVACAP e orientações da FISCALIZAÇÃO.

**16.3.1** A emissão de fatura/nota fiscal está condicionada a autorização expressa da FISCALIZAÇÃO e apresentação da documentação completa prevista no Edital e/ou no Contrato, conforme RLC/NOVACAP.

**16.3.2** O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato e acompanhada de Relatório Circunstanciado, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento, conforme condições previstas no RLC/NOVACAP, contendo:

- I – emissão no prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do contratante;
- IV - o período de prestação dos serviços ou a descrição dos materiais ou equipamentos adquirido;
- V - o valor a ser pago; e
- VI - o destaque das retenções previdenciárias e tributárias cabíveis na fonte pagadora e eventuais despesas dedutíveis da base de cálculo da retenção.

**16.3.2.1** No caso das empresas que se enquadram como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá constar do processo de pagamento o documento comprobatório de tal condição.

**16.3.2.2** As liquidações que incluam serviços de terraplenagem deverão estar acompanhadas do controle topográfico, para assegurar a efetiva prestação das quantidades contratadas, e do controle tecnológico previsto nas especificações, para garantir a qualidade do serviço prestado, em atenção às Decisões nº 925/2015 e nº 698/2021 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

**16.3.2.3** Somente serão aceitas para pagamento Notas Fiscais emitidas em conformidade com o Cadastro Nacional de Atividade Econômica – CNAE - da contratada

**16.3.3** O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado a 30 (trinta) dias contados do atesto da Nota Fiscal, que deverá ser emitido em até 5 (cinco) dias após o recebimento da documentação fiscal.

**16.3.4** Considera-se data do efetivo pagamento o dia da emissão da ordem bancária da NOVACAP, devidamente acatada pela instituição bancária responsável pela transferência dos recursos.

**16.3.5** No caso de glosa parcial dos serviços, o gestor do contrato deverá comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre o valor glosado.

**16.3.6** Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento por parte da Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX \div 100) \div 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

**16.3.7** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, o processo de pagamento deve ser instruído com as justificativas pertinentes e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

**16.3.8** Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção de tributos, na fonte, quando couber:

- I – do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);
- II – da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- III – da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- IV – da Contribuição Previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- V – do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação distrital sobre o tema.

**16.3.9** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a

**CONTRATADA:**

**16.3.9.1** Não produziu os resultados acordados;

**16.3.9.2** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

**16.3.9.3** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**16.3.10** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**16.3.11** O esgotamento do prazo de vigência do presente Contrato não impede ou prejudica o processamento do pagamento das parcelas ou dos objetos devidamente executados.

**16.3.12** Observado o contraditório e a ampla defesa, poderá a NOVACAP efetuar a retenção de valores a título de compensação de débitos oriundos de outros contratos junto à CONTRATANTE.

**16.3.13** O pagamento dos itens relativos à Administração Local serão proporcionais à execução financeira do objeto contratado, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e nos termos do Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário e da Decisão TCDF nº 3370/2017.

**16.3.14** A CONTRATANTE não autorizará nenhum pagamento à CONTRATADA antes de paga ou relevada quaisquer multas que porventura lhe tenha sido aplicadas, ou, ainda, sido indenizado o dano provocado. Nestas hipóteses efetuará a retenção nas faturas apresentadas, no valor correspondente à multa e ou dano apurado.

**16.3.15** Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA fica autorizada a emitir fatura/nota fiscal da última etapa do Cronograma Físico-Financeiro, conforme RLC/NOVACAP.

**16.3.16** Não será admitida reivindicação por parte da futura CONTRATADA de alteração dos preços unitários ou global, sob alegações de dados incompletos ou insuficientemente detalhados, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de serviços especificados no prazo, entre outros.

**16.4 Do reajustamento:**

**16.4.1** Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irreajustáveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

**16.4.2** A Contratada fará jus a reajustamento contratual a partir de 12 meses da data-base de elaboração do orçamento (maio/2022), automaticamente, desde que não haja atraso na execução da obra/serviços por culpa da CONTRATADA, aplicando-se o índice especificado no subitem 16.4.5.

**16.4.3** A concessão de reajuste contratual de itens acrescidos ao contrato demanda a deflação dos preços desde a época da cotação até a data-base de elaboração do orçamento a que se referir, a partir da qual serão reajustados pelos mesmos índices setoriais aplicados na deflação, conforme art. 194, do RLC/NOVACAP.

**16.4.4** Para fins de definição, entende-se que a data-base de elaboração do orçamento se refere à data da tabela referencial vigente, de onde foram extraídos os preços para a composição do valor global de licitação e não à data de conclusão ou salvamento da planilha estimativa elaborada pela NOVACAP.

**16.4.5** Para efeito de reajustamento dos serviços objeto da presente contratação, deverá ser adotado o Índice Nacional da Construção Civil - INCC por Estágios/ DI - Materiais, Equipamentos e Serviços/ Serviços/ Serviços Técnicos/ 1006996 - Col. 68A, apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE/FGV.

**16.5 Do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato:**

**16.5.1** O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser concedido a qualquer tempo, nos termos do art. 210 e seguintes, do RLC/NOVACAP, e desde que:

**16.5.1.1** O fato que onere ou desonere os preços seja de natureza imprevisível ou previsível, de consequência incalculável;

**16.5.1.2** O fato ocorra após a apresentação da proposta;

**16.5.1.3** O fato não ocorra por culpa da CONTRATADA;

**16.5.1.4** A modificação das condições contratadas seja substancial, de forma que a alta no custo do encargo torne o preço insuficiente em vista das condições iniciais ou a diminuição do custo do encargo torne o preço excessivo em vista das novas condições de mercado;

**16.5.1.5** Seja demonstrada analiticamente e com documentação probatória a variação dos custos que ocasionaram a ruptura do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**16.5.2** Deverão ser observadas as demais condições previstas no Mapa de Riscos NOVACAP/PRES/DE/DETEC (SEI nº 96315210), no Contrato e a legislação pertinente em vigor.

**17. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**17.1.** Fica vetado à CONTRATADA o atendimento a qualquer solicitação de modificação, durante a execução dos serviços, proveniente de pessoas não autorizadas.

**17.2** Serão admitidos acréscimos e supressões, desde que esteja de acordo com a Lei nº 13.303/2016 e RLC/NOVACAP.

**17.2.1** Eventuais acréscimos serão objeto de análise pelo Departamento Técnico da Diretoria de Edificações - DETEC/DE/NOVACAP.

**17.2.2** Na referida análise, será verificada a existência do item e/ou serviço novo na tabela oficial adotada na planilha referencial da licitação.

**17.2.3** Sobre o valor obtido na tabela oficial adotada, para o item e/ou serviço, será aplicado o desconto da empresa CONTRATADA e este passará a ser o preço a integrar os custos dos serviços.

**17.2.4** Caso o item ou serviço não seja localizado na tabela oficial referencial, que deu origem ao certame, será realizada cotação de preços e o valor obtido será retroagido para a data da planilha estimativa da licitação por meio da aplicação do índice definido no item 16.4.5. Ao valor obtido e retroagido será aplicado o desconto da empresa CONTRATADA.

**17.3** Após a assinatura do Contrato, toda e qualquer sugestão da CONTRATADA visando modificar o projeto, especificações, quantidades ou substituição de serviços deverá ser encaminhada à FISCALIZAÇÃO por Correspondência Eletrônica ou Carta emitida em 02 (duas) vias, ao mesmo tempo em que

deverá fornecer:

**17.3.1** Justificativa técnica e comercial relativas às alterações propostas;

**17.3.2** Documentos comprovando a inviabilidade de determinada especificação; se for o caso;

**17.3.3** Composição de custos de serviços novos, nos termos previstos em Edital;

**17.3.4** Incidência da mesma taxa de BDI especificada na planilha estimativa da licitação, para todos os novos serviços incluídos, sempre que a taxa de BDI adotada pela CONTRATADA for superior à mesma, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto nº 7.983/2013, nos termos da Decisão TCDF nº 6.229/2014 e Acórdão 2622/2013 – Plenário/TCU.

**17.3.5** Coleta de preços de serviço não previsto na planilha contratual, apresentando, no mínimo, três propostas de preço;

**17.3.6** Documentos de análise técnica realizada por entidade reconhecida no mercado, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

**17.4** No caso de elaboração de Projeto Executivo pela Contratada, deverão ser seguidas as premissas contidas na documentação técnica disponibilizada, bem como realizada consulta ao respectivo autor, caso couber.

**17.5 O Contrato poderá ser prorrogado, desde que:**

**17.5.1** A CONTRATADA tenha prestado os serviços de forma regular;

**17.5.2** A CONTRATADA não tenha sofrido qualquer sanção de natureza pecuniária;

**17.5.3** A CONTRATANTE e a CONTRATADA ainda tenham interesse na realização dos serviços;

**17.5.4** A CONTRATADA manifeste à CONTRATANTE, **60 (sessenta) dias antes do vencimento do prazo de execução.**

**17.5.5** O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração, comprovado a partir de estudo de vantajosidade econômica feito pela CONTRATANTE, realizado pela comparação do valor total atualizado do contrato, incluindo reajustamento e o desconto dado pela CONTRATADA em sua proposta, quando da licitação, com o valor estimado pela Administração para a realização de nova licitação. A comprovação anual da vantajosidade econômica da continuidade do contrato para a Administração será confirmada quando o valor do contrato reajustado for igual ou inferior ao estimado pela Administração para a realização de nova licitação.

**17.5.6** A CONTRATADA comprove a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

**17.5.7** A CONTRATADA apresente comprovante de recolhimento de seguro da forma estabelecida no item 12 deste Projeto Básico, que trata de Garantia e Seguros.

## **18. CAPACIDADE TÉCNICA E SUBCONTRATAÇÃO**

### **18.1 Da Capacidade Técnica:**

**18.1.1 A PROPONENTE deverá comprovar sua Capacidade Técnica Profissional conforme estabelecido no Quadro 1 - Capacidade Técnica Profissional do item 7.3.6, destacando em sua documentação os itens a serem considerados para fins de comprovação.**

**18.1.1.1 Os atestados de Capacidade Técnico Profissional deverão estar em nome do PROFISSIONAL, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU, nos termos da legislação aplicável e suficientes para comprovação da execução de serviços com características pertinentes e semelhantes ao objeto licitado.**

**18.1.1.2** Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pela contratante principal, deverá ser apresentada declaração formal do contratante principal, confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução ou um de seus responsáveis técnicos.

**18.1.1.3** A retromencionada declaração poderá ser substituída por comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e ficha de registro de empresa, acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou ainda por contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.

**18.1.1.4 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa proponente, na data de apresentação da proposta, entendendo-se como tal, para fins de comprovação de vínculo:** o sócio constante do contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a Proponente; ou a apresentação de declaração de compromisso de contratação futura, caso a Proponente seja efetivamente contratada.

**18.1.1.5** A Proponente, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executados os serviços.

**18.1.1.6** No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

**18.1.1.7** Para cada ALTERAÇÃO solicitada, a FISCALIZAÇÃO promoverá a análise individualizada da capacidade técnica dos profissionais indicados, conforme as exigências específicas contidas neste Projeto Básico.

**18.1.2 A PROPONENTE deverá comprovar sua Capacidade Técnica Operacional conforme estabelecido no Quadro 2 - Capacidade Técnica-Operacional do item 7.3.6, destacando em sua documentação os itens a serem considerados para fins de comprovação.**

**18.1.2.1** A Capacidade Técnico-Operacional exigida acima reflete as necessidades operacionais mínimas a serem demonstradas pelas licitantes.

**18.1.2.2 Os quantitativos exigidos para comprovação de capacidade operativa representam, no máximo, 30% (trinta por cento) da respectiva área total construída, conforme determina a Decisão Normativa nº 002/2003, expedida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e demais precedentes daquela Corte de Contas, tais como, as Decisões Ordinárias nº 3394/2014, 4211/2013, 781/2011 e Decisão Extraordinária nº 6610/2010.**

**18.1.2.3 Os atestados de Capacidade Técnica-Operacional deverão estar em nome da EMPRESA PROPONENTE, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou serviços relativos à elaboração de projetos com características pertinentes e semelhantes ao objeto licitado.**

**18.1.2.4** As licitantes deverão apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

**18.1.2.5** Nos atestados de serviços executados em consórcio, quando permitida sua participação, serão considerados para comprovação dos quantitativos os serviços executados pela licitante, que estejam discriminados separadamente no atestado técnico para cada participante do consórcio.

**18.1.2.6** Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado, serão considerados os quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da licitante na composição inicial do consórcio.

**18.1.2.7** Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntado ao atestado, cópia do instrumento de constituição do consórcio.

**18.1.3** Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar a NOVACAP com a participação de empresas que detenham infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.

**18.1.4** A não apresentação da documentação comprobatória prevista nos itens 18.1.1 e 18.1.2 não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

**18.1.5** Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem atestados de um mesmo profissional para assumir a função de responsável(is) técnico(s) ou membro(s) da equipe técnica, não cabendo qualquer alegação ou recurso.

**18.1.6** Será admitido o somatório dos atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos da PROPONENTE e relativos à sua capacidade técnica-operacional, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante.

**18.1.7** A não apresentação da documentação comprobatória prevista nos itens 18.1.1 e 18.1.2 não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

## **18.2 Da Subcontratação facultativa:**

**18.2.1** A CONTRATADA não poderá subempreitar/subcontratar o total de serviços a ela adjudicados.

**18.2.2** No presente certame, a **CONTRATADA poderá subempreitar/subcontratar os serviços de elaboração do planejamento e orçamento**, nos termos do item 8.2 da Especificação Técnica 03 (SEI nº 96228481), que representam **7% (sete por cento) do valor total estimado**, conforme itens 05.00.000 e 06.00.000 da Planilha Estimativa ORÇ-DT 020-22-SEORÇA-SDS-PLA-CLP-R02 (SEI nº 96289118).

**18.2.3** A subcontratação facultativa estará condicionada a:

**18.2.3.1** Prévia autorização e aprovação pela CONTRATANTE;

**18.2.3.2** Apresentação do Contrato celebrado entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA, previamente submetido à FISCALIZAÇÃO;

**18.2.3.3** Comprovação pela CONTRATADA, de:

**18.2.3.3.1** Habilitação jurídica da SUBCONTRATADA, mediante a apresentação de documentação nos mesmos termos exigidos às Proponentes no Edital;

**18.2.3.3.2** Capacidade técnica da SUBCONTRATADA;

**18.2.3.3.3** Regularidade Fiscal e trabalhista da SUBCONTRATADA, mediante a apresentação de documentação nos mesmos termos exigidos às Proponentes no Edital;

**18.2.3.3.4** Cumprimento ao Inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, com apresentação de declaração da SUBCONTRATADA, conforme modelo fornecido e nos termos exigidos às Proponentes no Edital, de que não contratará, durante o período da execução dos serviços, menores de 16 (dezesseis) anos, bem como não determinará trabalhos em período noturno, perigosos ou insalubres a funcionários menores de 18 (dezoito) anos;

**18.2.3.3.5** Atendimento à Decisão Normativa nº 02/2012, de 30 de outubro de 2012, publicado no DODF de 12 de novembro de 2012, que adota entendimento para análise da regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros nas licitações públicas pelos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal.

## **19. PENALIDADES**

**19.1** As penalidades por infrações de cláusulas contratuais serão estabelecidas no Edital e/ou no Contrato e/ou na Matriz de Riscos, quando houver, obedecendo ainda ao disposto na SEÇÃO XII e SEÇÃO XIII do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e nos arts. 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303/2016.

**19.2** Igualmente, no Contrato e na Matriz de Riscos, quando houver, constarão os casos de rescisão do mesmo e outras obrigações a assumir.

**19.3** Com fundamento no art. 257 do RLC/NOVACAP, o licitante, o beneficiário da ata de registro de preços ou a CONTRATADA podem ser punidos, sem prejuízo de outras disposições contratuais específicas, com as sanções previstas abaixo, em face de inexecução total ou parcial, ou ainda por atraso ou descumprimento das obrigações e, em especial, quando:

**19.3.1** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame licitatório;

**19.3.2** Ensejar o retardamento ou a paralização do procedimento licitatório, da ata de registro de preços ou do objeto do contrato;

**19.3.3** Não manter a proposta no certame licitatório;

**19.3.4** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

**19.3.5** Recusar, injustificadamente, em assinar, retirar ou aceitar a ARP, o contrato ou o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela NOVACAP;

**19.3.6** A diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior à remuneração da contratada, desde que haja previsão no contrato;

**19.3.7** Perturbar qualquer ato da sessão pública da licitação;

**19.3.8** Ensejar atrasos e qualquer outro descumprimento total ou parcial de cláusula contratual ou de ARP;

**19.3.9** Interpor recurso manifestamente protelatório;

**19.3.10** Descumprir sanção anteriormente imposta;

**19.3.11** Deixar de adotar medidas corretivas no curso da ARP, do contrato ou instrumento equivalente;

**19.3.12** Não executar total ou parcialmente o objeto;

**19.3.13** Deixar de entregar o objeto com todos os parâmetros de qualidade exigidos; ou

**19.3.14** Praticar ato tipificado como crime, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.



**19.4** Para os fins do item 19.3.4, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nas normas de direito penal.

**19.5** O retardamento da execução previsto no item 19.3.2 estará configurado quando a CONTRATADA:

**19.5.1** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (cinco) dias contados da data de assinatura do contrato;

**19.5.2** Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

**19.6** A advertência será aplicada por escrito nos casos de descumprimento de obrigações licitatórias ou contratuais consideradas faltas leves, que não acarretem prejuízos significativos à execução do objeto da licitação e não prejudiquem o andamento das atividades normais da NOVACAP.

**19.7** A multa será moratória e/ou compensatória, conforme os seguintes percentuais:

**19.7.1** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

**19.7.2** 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

**19.7.3** 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

**19.7.4** 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela NOVACAP, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

**19.7.5** até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

**19.8** A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos, será aplicada às licitantes, às empresas ou aos profissionais contratados, conforme o caso, nas seguintes hipóteses:

**19.8.1** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**19.8.2** Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

**19.8.3** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a NOVACAP em virtude de atos ilícitos praticados.

**19.8.4** Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

**19.8.5** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**19.8.6** Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

**19.8.7** Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

**19.8.8** Não manter a proposta apresentada;

**19.8.9** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**19.8.10** Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

## **20. RECURSOS E ARBITRAGENS**

**20.1** A CONTRATADA poderá interpor recurso junto à CONTRATANTE para obter decisões administrativas superiores, caso se sinta prejudicada, quanto a qualquer posicionamento da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos nas especificações técnicas dos serviços ou no Contrato de que faz parte.

## **21. RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS**

**21.1** O recebimento provisório dos serviços será feito após sua conclusão, por meio de termo circunstanciado devidamente assinado pelas partes, contendo a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, mediante as seguintes condições:

**21.1.1** A pedido da CONTRATADA, até o último dia do prazo de execução dos serviços;

**21.1.2** Pelo Fiscal ou, na ausência deste, pelo chefe do Departamento Técnico da Diretoria de Edificações – DETEC/DE/NOVACAP, dentro de um **período máximo de 15 (quinze) dias corridos** após a comunicação escrita da CONTRATADA, devidamente protocolada junto à CONTRATANTE, comprovando-se a adequação do objeto aos termos contratuais;

**21.1.3** Após comprovação da conformidade dos serviços com o Projeto Básico e demais documentos de caracterização do objeto;

**21.1.4** Após entrega pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO, de:

**21.1.4.1** Laudos, Relatórios e demais documentos técnicos elaborados, referentes ao objeto e ao escopo de serviços, de acordo com os procedimentos de arquivamento do Departamento Técnico da Diretoria de Edificações – DETEC/DE/NOVACAP, tanto para documentos impressos, como para arquivos eletrônicos;

**21.1.4.2** Arquivos eletrônicos em formato “dwg” para todas as pranchas, se couber, “xls”, “doc” e outros;

**21.1.4.3** 01 (uma) cópia completa de todas as pranchas, laudos, relatórios e demais documentações técnicas elaboradas pela CONTRATADA, em papel sulfite, impressas e assinadas pelos respectivos autores e pelo PROPRIETÁRIO (ou INTERESSADO ou PREPOSTO), observado o escopo de serviços descrito no item 6.1, bem como o item 9 e subitens, com ciente do analista ou órgão competente pela aprovação;

**21.1.4.4** Arquivos eletrônicos em formato “pdf”, gerados a partir da digitalização dos produtos assinados, referidos no subitem 21.1.4.3;

**21.1.4.5** Mídia devidamente identificada contendo os arquivos eletrônicos descritos nos subitens 21.1.4.2 e 21.1.4.3. Não serão aceitos arquivos compactados;

**21.2** Na ocorrência de serviços não cumpridos satisfatoriamente, deverá ser emitido Laudo de Execução dos Serviços pela FISCALIZAÇÃO, estabelecendo prazo para cumprimento pela CONTRATADA, e encaminhado para ciência da Direção da CONTRATANTE e da CONTRATADA.

**21.3.** Concluídos os serviços, caso a CONTRATADA não solicite seu recebimento, a FISCALIZAÇÃO deverá verificar se os serviços foram devidamente concluídos e emitir Laudo de Execução dos Serviços, relacionando as pendências por ventura existentes e comunicando a Direção da CONTRATANTE e da CONTRATADA para fins de cumprimento pela CONTRATADA.

**21.4** Caso não sejam cumpridas as pendências apontadas no Laudo de Execução dos Serviços no prazo estabelecido pela FISCALIZAÇÃO, serão aplicadas as multas em conformidade com o estabelecido no item 19, no Edital, no Contrato e/ou na Matriz de Riscos.

**21.5** Somente poderá ser lavrado Termo de Recebimento Provisório após a CONTRATADA cumprir com a resolução de todas as pendências apontadas pela FISCALIZAÇÃO, independentemente da aplicação de multas previstas no Edital, no Contrato e/ou na Matriz de Riscos.

**21.6** A FISCALIZAÇÃO continuará responsável pelo acompanhamento dos serviços até o vencimento dos prazos legais.

## 22. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

**22.1** O recebimento definitivo dos serviços será feito por meio de termo circunstanciado, devidamente assinado pelas partes, após verificado o Termo de Recebimento Provisório, mediante as seguintes condições:

**22.1.1** Quando a CONTRATADA cumprir com todas as obrigações contratuais e inexistir qualquer pendência apontada pela FISCALIZAÇÃO.

**22.1.2** Em até 90 (noventa) dias corridos, a contar da lavratura do Termo do Recebimento Provisório, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no Edital.

**22.1.3** Por Gestor do Contrato ou Comissão designada pela autoridade competente, juntamente com representante(s) da PGDF, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto ao Contrato e Edital.

**22.1.3.1** Ficará a cargo do Gestor do Contrato ou da Comissão designada pela autoridade competente, juntamente com representante(s) da PGDF, que irá(ão) conferir e atestar solidariamente com a CONTRATANTE toda a documentação entregue pela CONTRATADA e outras que se fizerem necessárias ao recebimento definitivo.

**22.2** Caso sejam detectados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a Comissão emitirá Laudo de Execução dos Serviços no qual constarão as exigências e prazo para sua execução.

**22.2.1** Após o atendimento das exigências descritas no Laudo de Vistoria a CONTRATADA informará a Comissão para nova vistoria.

**22.3** Não sendo verificado pela Comissão, vícios, defeitos, incorreções e má execução dos serviços, ou serviços em desacordo com as especificações técnicas, bem como a necessidade de reparos, correções ou substituições, a Comissão emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

**22.4** Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA fica autorizada a emitir fatura/nota fiscal da última etapa do Cronograma Físico-Financeiro (10%) e requerer a liberação de eventual caução e os respectivos reforços que tiver depositado em favor da CONTRATANTE, conforme estabelecido em Contrato e de acordo com o RLC/NOVACAP.

**22.5** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do serviço prestado, bem como de futura obra ou serviço que possam vir a ser executados com base nos serviços executados pela CONTRATADA, nem ético-profissional por sua perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 13.303/2016, RLC/NOVACAP ou pelo contrato.

Revisão elaborada por:

Arqª Luana Helena de Oliveira Martins de Souza

DETEC/DE/NOVACAP

Verificado por:

Arqtª Alessandra de N. Bittencourti

Chefe do DETEC/DE/NOVACAP

Aprovado por:

Engº Rubens de Oliveira Pimentel Júnior

Diretor de Edificações

DE/NOVACAP

## ANEXO 1

| CHECK LIST - ORÇAMENTO  |                    |
|---|--------------------|
| ITEM A SER VERIFICADO   | ATENDIDO (SIM/NÃO) |
| <b>A - METODOLOGIA DO ORÇAMENTO</b>   |                    |
| 1- Critérios Adotados:  |                    |
| 1.1- Verificar a indicação da Data-Base utilizada no orçamento.   |                    |
| 1.2- Verificar a indicação da região da obra para utilização do Sistema de Custos Rodoviários - SICRO.          |                    |
| 1.3- Verificar a indicação dos demais Sistemas de Custos Oficiais Federais, Estaduais e Municipais, utilizados. |                    |
| 1.4- Verificar a apresentação da composição da parcela do BDI detalhado.  |                    |
| 1.5- Verificar os percentuais complementares da Mão de Obra.  |                    |
| 1.6- Verificar a indicação dos procedimentos adotados com os insumos não constantes do SICRO.                   |                    |

|  |  |
|--|--|
| 1.7- Verificar se está descrito os critérios adotados para os serviços não constantes do SICRO.  |  |
| 1.8- Verificar se foram descritas as normativas utilizadas nos orçamentos.   |  |
| <b>B - PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS UNITÁRIOS</b>  |  |
| 1- Cabeçalho da Planilha Orçamentária:   |  |
| 1.1- Verificar o título da planilha.   |  |
| 1.2- Verificar o nome da obra.   |  |
| 1.3- Verificar a data base.  |  |
| 1.4- Verificar o órgão responsável.  |  |
| 1.5- Verificar a empresa executora.  |  |
| 2- Quantitativos de serviços:  |  |
| 2.1- Verificar se tem a relação itemizada dos serviços necessários para execução da obra, conforme projeto.  |  |
| 2.2- Compatibilizar as quantidades de serviços da planilha orçamentária com o projeto para verificar se estão corretos.  |  |
| 2.3- Verificar se as unidades de medidas estão coerentes com os insumos e serviços.  |  |
| 2.4- Verificar se os códigos dos Sistemas de Custos - SICRO2, ou dos demais Sistemas de Custos Oficiais, utilizados estão de acordo com os bancos de dados.  |  |
| 2.5- As descrições dos serviços devem ser similares as das composições de preços unitários correspondentes.  |  |
| 3- Preços dos Serviços:  |  |
| 3.1- Verificar os preços unitários dos serviços, oriundas das composições de preços.   |  |
| 3.2- Verificar os totais dos serviços, resultante do produto entre quantidades e preços.   |  |
| 3.3- Verificar a apresentação de todos os subtotais dos grandes grupos de serviços.  |  |
| 3.4- Verificar o total geral do orçamento.   |  |
| 4- Resumo do Orçamento:  |  |
| 4.1- Verificar o título da planilha.   |  |
| 4.2- Verificar a data-base   |  |
| 4.3- Verificar o nome da obra.   |  |
| 4.4- Verificar o órgão responsável.  |  |
| 4.5- Verificar a empresa executora.  |  |
| 4.6- Verificar a relação dos subtotais constantes da planilha de quantidade de preços unitários.   |  |
| 4.7- Verificar o total geral do orçamento resultante dos subtotais constantes da planilha de quantidades e preços.   |  |
| 5- Curva ABC de serviços:  |  |
| 5.1- Verificar o título da planilha.   |  |
| 5.2- Verificar o nome da obra.   |  |
| 5.3- Verificar a data-base.  |  |
| 5.4- Verificar o órgão responsável.  |  |
| 5.5- Verificar a empresa executora.  |  |
| 5.6- Verificar a apresentação da curva ABC de Serviços, se foi organizada a Planilha de Quantidades e Preços com os totais de serviços em ordem decrescente.   |  |
| 5.7- Indicar os insumos responsáveis por 80% do custo da obra.   |  |
| 5.8- Verificar a compatibilização da planilha com o projeto.   |  |
| 6- Compatibilização projeto e planilha orçamentária:   |  |
| 6.1- Verificar a compatibilização da planilha com o projeto.   |  |
| <b>C- COMPOSIÇÕES E PREÇOS UNITÁRIOS</b>   |  |
| 1- Composições de preços unitários:  |  |
| 1.1- Verificar se foi utilizado o Sistema de Custos Rodoviários mais atualizado, sempre que possível.  |  |
| 1.2- Verificar o atendimento à formatação do SICRO mais atual.   |  |
| 1.3- Verificar apresentação de todas as composições de preços unitários utilizadas no orçamento, principais e auxiliares.  |  |
| 1.4- Verificar a data-base.  |  |
| 2- Utilização dos demais Sistemas de Custos Oficiais Federais, Estaduais e Municipais:   |  |
| 2.1- Verificar a apresentação de todas as composições de preços unitários utilizadas no orçamento, de todos os sistemas de custos empregados.  |  |
| 2.2- Verificar a apresentação de todas as composições de preços adaptadas para o padrão do SICRO mais atual e adoção do preço SICRO, no que couber.  |  |
| 2.3- Verificar as composições não pertencentes ao SICRO mais atual, ou nos demais sistemas de custos oficiais.   |  |
| 3- Composições não pertencentes ao SICRO, ou nos demais sistemas de custos oficiais:   |  |
| 3.1- Verificar a apresentação do quadro resumo de pesquisa de mercado, se está indicado a data da cotação, o nome do produto, unidade fornecedor, preço reajustado (se houver), frete e total. A cotação escolhida deverá ser destacada. |  |
| 3.2- Verificar a apresentação de pesquisa de mercado, se foram realizadas três cotações para cada item não constante nos bancos oficiais.  |  |
| 3.3- Verificar se os preços cotados estão com a data-base do orçamento.  |  |
| 3.4- Verificar se os preços da cotação precisam ser reajustados para a data-base atual.  |  |
| 3.5- Verificar se os preços são do município onde será construída a obra, caso negativo se há embutido no preço o valor de transporte.   |  |
| 3.6- Verificar se foram justificados os coeficientes de produtividade e consumo empregados nas composições.  |  |
| 4- Transporte de materiais:  |  |
| 4.1- Verificar se tem o quadro resumo de distância média de transportes.   |  |
| 4.2- Verificar se foi considerado o transporte comercial e local diferenciando as estradas pavimentadas e não pavimentadas.  |  |
| <b>D- CUSTO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CANTEIROS</b>  |  |
| 1- Instalação de canteiros de obras:   |  |
| 1.1- Verificar a apresentação do demonstrativo do custo total de instalação do canteiro de obras de acordo com o projeto entregue.   |  |
| 1.2- Verificar os custos de todas as instalações provisórias.  |  |
| 1.3- Verificar se foram previstos os custos as unidades de apoio, se for o caso.   |  |
| 2- Manutenção do canteiro de obras:  |  |
| 2.1- Verificar se foram apresentados os custos de mão de obra necessária para a manutenção do canteiro e demais áreas de acesso e instalações.   |  |
| 2.2- Verificar se foram apresentados os custos de equipamentos necessários para a manutenção do canteiro.  |  |
| 3- Mobilização e desmobilização da obra:   |  |
| 3.1- Verificar se foi apresentado o detalhamento do custo de mobilização e desmobilização de todas as despesas de transporte, desde a sua  |  |

|  |  |
|--|--|
| origem até o local do canteiro, para a mão de obra direta e todos os equipamentos necessários para a execução da obra.   |  |
| <b>E- BDI</b>  |  |
| 1- Benefícios e despesas indiretas:  |  |
| 1.1- Conferir se consta a planilha de BDI.   |  |
| 1.2- Conferir se consta a memória de cálculo do BDI.   |  |
| 1.3- Conferir se os impostos e demais taxas do BDI estão de acordo com a legislação vigente.   |  |
| <b>ORIENTAÇÕES GERAIS</b>  |  |
| Antes da entrega formal do produto, devem ser verificados todos os itens relacionados no presente check list e emitida declaração de verificação do orçamento. |  |
| Somente será analisado o produto entregue se acompanhado do check list preenchido e assinado pelo responsável, além da respectiva declaração.                  |  |

**ANEXO 2****DECLARAÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

**Declaro**, para os devidos fins, que foi realizada a verificação completa do projeto de xxxx/orçamento elaborado, consubstanciada no *Check List de Projeto/Orçamento*, o qual é composto dos seguintes documentos:

(relacionar todos os documentos entregues à análise)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Técnico

**ANEXO 3****DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS**

... [Nome do autor do projeto], nacionalidade ..., estado civil..., profissão ..., com registro no CAU/CREA sob nº ... [Número do registro no Conselho Profissional], portador da Cédula de Identidade nº... [Número do documento], expedido por ... [Nome do órgão expedidor], inscrito no CPF sob o n. ... [Número do documento], residente e domiciliado em ... [Endereço completo], CEP ..., endereço eletrônico ..., doravante denominado CEDENTE;

e

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, empresa pública, inscrita no CNPJ sob o n. 00.037.457/0001-70, com sede no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, em Brasília/DF, representada neste ato por seu(a) Diretor(a)-Presidente ... , nacionalidade ..., estado civil ..., profissão ..., portador(a) da Carteira de Identidade nº ... [Número do documento], inscrito no CPF/MF sob n. ...[Número do documento], residente e domiciliado(a) em ... [Endereço completo], doravante denominada CESSIONÁRIA;

Ajustam, para todos os fins e conforme as disposições a seguir dispostas, o presente termo de CESSÃO TOTAL DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS relativos a documentos técnicos, projetos e obras desenvolvidos no interesse da CESSIONÁRIA que, para fins do presente instrumento, se denominarão somente como PROJETOS.

1. O CEDENTE, em caráter total, irrevogável, irretroatável, cede e transfere ao CESSIONÁRIA todos e quaisquer direitos autorais de natureza patrimonial sobre os PROJETOS ou quaisquer outros serviços que vierem a ser realizados no âmbito da relação de trabalho, nos termos da Lei nº 9.610/1998, do Art. 17, *caput*, da Lei n.º 5.194/1966 e do Art. 3º, § 2º, da Resolução CAU/BR nº 67, de 5 de dezembro de 2013.
2. A exclusividade de que trata o item anterior será oponível inclusive ao CEDENTE.
3. Em face da presente cessão e transferência de direitos autorais patrimoniais, a CESSIONÁRIA está autorizado a conferir aos PROJETOS as mais variadas modalidades de utilização, fruição e disposição, sem qualquer restrição de espaço, idioma, quantidade de exemplares, número de veiculações, emissões, transmissões e/ou retransmissões, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.
4. A CESSIONÁRIA poderá indicar ou anunciar o nome dos autores dos PROJETOS na forma que considerar mais adequada, inclusive nas hipóteses de alterações do PROJETOS, sendo estas conforme conceito da Lei nº 9.610/1998, art. 5º, inc. VIII, alínea “g”, salvo se houver limitação de espaço ou tempo na mídia de divulgação.
5. A CESSIONÁRIA poderá reutilizar os planos ou projetos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente destinados, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sendo que o CEDENTE não será remunerado por essa reutilização.
6. O CEDENTE fará constar em todos os documentos que venham a compor os PROJETOS, ou em parte deles, a critério da CESSIONÁRIA, o teor da cessão de direitos autorais patrimoniais e autorizações desta cláusula e, nos locais indicados pela CESSIONÁRIA, a inscrição “PROPRIEDADE DA NOVACAP”.
7. O CEDENTE se compromete a não fazer o aproveitamento substancial dos PROJETOS em outros trabalhos que venha a desenvolver, excetuando-se aqui projetos modelo que visem à padronização de objetos, por interesse da CESSIONÁRIA, de modo a preservar a originalidade dos serviços.
8. O CEDENTE declara ser o legítimo e exclusivo autor e criador dos PROJETOS, comprometendo-se a responder por todos e quaisquer danos causados a CESSIONÁRIA e a terceiros em decorrência da violação de quaisquer direitos, inclusive de propriedade intelectual.
9. Em face da eventual reivindicação apresentada a CESSIONÁRIA por terceiros, relativa a quaisquer direitos sobre os PROJETOS ou direitos neles incluídos, o CEDENTE deverá adotar, à sua exclusiva expensa, todas as providências necessárias para assegurar a CESSIONÁRIA o exercício de seus direitos, respondendo exclusivamente por quaisquer infrações de caráter civil ou criminal.

10. Caso a CESSIÃO, por questões referentes a direitos sobre os PROJETOS ou direitos neles incluídos, venha a ser acionado judicialmente, o CEDENTE, além de colaborar para a defesa da CESSIÃO e fornecer subsídios necessários, assumirá o polo passivo da demanda.
11. A cessão e a transferência dos direitos autorais patrimoniais vigorarão por todo o prazo de vigência dos direitos autorais patrimoniais sobre os PROJETOS, bem como por eventual prazo de proteção que venha a ser concedido por futura alteração legislativa.
12. A cessão e transferência dos direitos autorais patrimoniais sobre os PROJETOS serão válidas em todo o território nacional.
13. O CEDENTE, sob sua responsabilidade, fornecerá a CESSIÃO, por escrito, no prazo definido na respectiva solicitação, os nomes, sinais convencionais ou pseudônimos que devam ser mencionados na indicação de autoria e divulgação dos PROJETOS, bem como seu título, se houver.
14. Os Direitos Autorais Morais pertencerão sempre ao profissional, nos termos da Lei nº 9.610/1998, da Lei nº 5.194/1966 e da Resolução CAU/BR nº 67, de 5 de dezembro de 2013.
15. A presente CESSÃO de direitos alcançará todo o período de vigência do contrato entre o CEDENTE e a NOVACAP.
16. Este instrumento obriga as partes, assim como seus herdeiros e sucessores.
17. As partes elegem o Foro da Justiça Federal de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

As partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

*[Identificação do Cedente, relacionando todos os profissionais responsáveis técnicos, quando se tratar de empresa contratada]*

**CEDENTE**

**Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP)**

*[Identificação do Diretor Presidente]*

**DIRETOR(A)-PRESIDENTE**

**TESTEMUNHAS:**

1. Nome ... CPF ...
2. Nome ... CPF ...

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- ABNT. NBR 13531. Elaboração de projetos de edificações – Atividades técnica. Disponibilizado em: <http://apoioidaditico.iau.usp.br/projeto3/2013/nbr13531.pdf>. (acesso em: 17/02/2016).
- ALTOUNIAN, Cláudio Sarian, *Obras públicas: licitação, contratação, fiscalização e utilização*: (Legislação, decretos, jurisprudência e orientações normativas atualizados até 30 dez. 2011). 3.ed.rev.atual.e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 415 p. ISBN 978-85-7700-533-8.
- BARCELOS, Dawison e TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Licitações e contratos nas empresas estatais: regime licitatório e contratual da Lei 13.303/2016*. Salvador: Editora JusPodivn, 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) (acesso em: 27/08/2020).
- BRASIL, Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm) (acesso em: 27/08/2020).
- BRASIL. Decreto nº 92.100, de 10 dezembro de 1985. Estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D92100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D92100.htm). (acesso em: 16/02/2016).
- BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) (acesso em 27/08/2020).
- BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm) (acesso em: 27/08/2020).
- BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm) (acesso em 27/08/2020).
- CONAMA. Resoluções publicados no DOU. Disponibilizado em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiano.cfm?codlegitipo=3>. (acesso em 27/08/2020).
- CONFEA. Resolução nº 361, de 10 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a conceituação de Projeto Básico em Consultoria de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Disponibilizado em: <http://normativos.confea.org.br/downloads/0361-91.pdf>. (acesso em: 27/08/2020).
- CONFEA. Resolução Nº 1.024, de 21 de agosto de 2009. Dispõe sobre a adoção, em caráter facultativo, do Livro de Ordem de obras e serviços de Engenharia, Agronomia, Geografia, Geologia, Meteorologia e demais profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea. <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=43000> (acesso em 27/08/2020).
- DISTRITO FEDERAL. Lei Nº 4.182, de 21 de julho de 2008. Institui a política de prevenção e combate às doenças associadas à exposição solar no trabalho. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/58171/Lei\\_4182\\_21\\_07\\_2008.pdf](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/58171/Lei_4182_21_07_2008.pdf). (acesso em 27/08/2020).
- DISTRITO FEDERAL. Decreto Distrital nº 32.598/2010. Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66829/Decreto\\_32598\\_15\\_12\\_2010.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66829/Decreto_32598_15_12_2010.html). (acesso em: 27/08/2020).

DISTRITO FEDERAL. [Decreto nº 39.272 de 2 de agosto de 2018](#), que regulamenta a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal. Disponibilizado em:

[http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/f680eff74f924704aaa20f1be76aef35/exec\\_dec\\_39272\\_2018\\_rep.html#capl\\_art1](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/f680eff74f924704aaa20f1be76aef35/exec_dec_39272_2018_rep.html#capl_art1). (acesso em 27/08/2020).

DISTRITO FEDERAL. [Lei nº 6.138 de 26 de abril de 2018](#), que institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal. Disponibilizado em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/94156cc83d524f1ba6d0c0555ec9cd9d/Lei\\_6138\\_26\\_04\\_2018.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/94156cc83d524f1ba6d0c0555ec9cd9d/Lei_6138_26_04_2018.html). (acesso em 27/08/2020).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Unidade de Administração Geral. [Cartilha do Executor de Contrato / Unidade de Administração Geral – Brasília: SEPLAG, 2010](#). Revisada. 62p. 1. Execução de Contrato. I. Título Disponibilizado em: [http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual\\_Suag\\_cartilha-executor.pdf](http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf) (acesso em 27/08/2020).

GUIMARÃES, Bernardo Strobel ... [et al.]. Comentários à Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016). Belo Horizonte: Fórum, 2019.

IBRAOP, Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas. [Orientação Técnica OT - IBR 002/2009 Obra e Serviço de Engenharia](#). Disponível em: <https://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2013/06/OT-IBR-02-2009-ibraop-01-07-10.pdf> (acesso em 27/08/2020).

JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à lei de licitações e contratos administrativos/Marçal Justen Filho. – 15. Ed. – São Paulo: Dialética, 2012.

NIEBUHR, Joel de Menezes e NIEBUHR, Pedro de Menezes. Licitações e Contratos das Estatais. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

NORONHA, João Otávio ... [et al.]. Estatuto jurídico das estatais: análise da Lei nº 13.303/2016. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres ... [et al.]. Comentários à Lei das Empresas Estatais: Lei nº 13.203/2016. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

SIENGE. [Material de Construção](#). Disponível em: <https://www.sienge.com.br/material-de-construcao-2/> (acesso em 27/08/2020)

TCDF. [Decisão Normativa nº 02/2012](#). Adota entendimento para análise da regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros nas licitações públicas pelos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal. De 30 de outubro de 2012. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72774/Decis\\_o\\_Normativa\\_2\\_30\\_10\\_2012.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72774/Decis_o_Normativa_2_30_10_2012.html). (acesso em: 27/08/2020).

TCU, Tribunal de Contas da União. [Acórdão Nº 2622/2013 – TCU – Plenário](#). Disponível em: [http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20130930/AC\\_2622\\_37\\_13\\_P.doc](http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/20130930/AC_2622_37_13_P.doc) (acesso em 27/08/2020).

[TCU. Obras Públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras de edificações públicas/ Tribunal de Contas da União, - Brasília: TCU, SECOB, 2002. 92p.](#) (acesso em: 27/08/2020).

NOVACAP. [REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL](#) - Instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária, realizada em 03 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 16 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento-de-Licita%C3%A7%C3%B5es-e-Contratos-21-07-2020.pdf> (acesso em 27/08/2020).

[FOREGON – GLOSSÁRIO](#). Disponível em: <http://foregon.uol.com.br/glossario/302/encargos-sociais.aspx> - (acesso em 27/08/2020).



Documento assinado eletronicamente por **LUANA HELENA DE OLIVEIRA MARTINS DE SOUZA - Matr.0973102-4, Arquiteto(a)**, em 19/10/2022, às 12:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA DO NASCIMENTO BITTENCOURT - Matr.0074724-6, Chefe do Departamento Técnico**, em 19/10/2022, às 17:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **98062123** código CRC= **EB5137D9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2737